

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CAMILA CRISTINE DA SILVA ALVES

**BALANÇOS SOCIAIS PUBLICADOS PELO SISTEMA CFC/CRC's: UMA
ANÁLISE QUANTO A APLICAÇÃO DA NBC T 15**

FLORIANÓPOLIS – SC

2011

CAMILA CRISTINE DA SILVA ALVES

**BALANÇOS SOCIAIS PUBLICADOS PELO SISTEMA CFC/CRC's: UMA
ANÁLISE QUANTO A APLICAÇÃO DA NBC T 15**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
Santa Catarina como um dos pré-requisitos
para a obtenção do grau de bacharel em
Ciências Contábeis.
Orientador: Prof. Luiz Felipe Ferreira

FLORIANÓPOLIS – SC

2011

CAMILA CRISTINE DA SILVA ALVES

BALANÇOS SOCIAIS PUBLICADOS PELO SISTEMA CFC/CRC's: UMA
ANÁLISE QUANTO A APLICAÇÃO DA NBC T 15

Esta monografia foi apresentada como TCC, no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, à banca examinadora constituída pelo professor orientador e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 7 de Julho de 2011.

Professora Valdirene Gasparetto, Dra.
Coordenadora de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Professor Luiz Felipe Ferreira, M.Sc.
Orientador

Professor Marcos Laffin, Dr.
Membro

Barbara de Lima Voss, Mestranda
Membro

*Aos meus pais, Edison e Eunice, que
nunca mediram esforços para o meu
crescimento.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pelas oportunidades que me foram dadas, pela graça da vida e por estar presente por todo meu caminho.

À minha família, pelo carinho e apoio que me foram necessários ao longo dessa caminhada, pela construção de uma base sólida de princípios e valores que norteiam minha vida. À minha mãe, pelo amor intenso em todos os dias da minha existência, pela paciência, compreensão, principalmente da ausência que essa jornada exigiu. Ao meu pai, meu ídolo, meu exemplo de pessoa e profissional, pela infinita dedicação à minha formação e à minha vida, que tanto contribuiu para que esse trabalho fosse concluído e por fazer-me acreditar que tudo é possível quando se tem determinação.

À Baby, minha companheira de todas as horas, pela paz e tranquilidade que me transmite nos momentos em que mais preciso.

Ao meu namorado, Pedro, pelo incentivo, por nunca me deixar desanimar, pelo amor e carinho, e por me fazer feliz em cada etapa da minha vida.

Ao meu orientador, Luiz Felipe Ferreira, por dividir seu tempo e seu conhecimento, pela dedicação e atenção, sempre com paciência, na confecção deste trabalho.

Ao Sr. Sérgio Faraco, pela imensa dedicação e disposição, por abrir todos os caminhos e oportunidades possíveis para que eu atingisse meus objetivos.

A todos os meus colegas de trabalho na Faracon Contabilidade, pelo companheirismo e apoio, especialmente aos chefes Alexandre e Cristina, pela confiança depositada, por todo o conhecimento transmitido durante esse primeiro ano, e pela compreensão pelos momentos de ausência, que me foram determinantes para a conclusão dessa jornada.

E, a todos que de alguma forma ajudaram a concluir esse trabalho.

“Onde a força de vontade é grande, as
dificuldades não podem sê-lo.”

Nicolau Maquiavel

RESUMO

ALVES, Camila Cristine S. **Balancos sociais publicados pelo sistema CFC/CRC's: uma análise quanto a aplicação da NBC T 15.** 2011. 72p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

Com a evolução da mentalidade da sociedade, novos aspectos quanto ao comportamento das entidades passaram a ser observados, dentre eles a responsabilidade socioambiental. Dessa forma, se faz necessário às entidades evidenciar as informações dessa natureza e, para tanto, fazem uso do balanço social. Entidades sem fins lucrativos, como o Sistema CFC/CRC's também podem, e devem, elaborar seus balanços sociais, pelo fato de representarem a classe dos contabilistas e terem aprovado a NBC T 15, que estipula o conteúdo dos demonstrativos socioambientais, que por sua vez, são de responsabilidade técnica dos contabilistas. Assim, este trabalho tem por objetivo caracterizar o nível de aderência dos balanços sociais publicados pelo Sistema CFC/CRC's quanto à aplicação da NBC T 15. A metodologia da pesquisa é classificada em documental e bibliográfica, descritiva e qualitativa. São identificados através de pesquisa e contatos por e-mail, quais os conselhos que publicaram balanço social no ano de 2009, em seus sites oficiais. De 28 conselhos, 10 publicaram o balanço, 1 confirmou a não publicação, e 17 não responderam o contato. A partir da amostra, é realizada a pesquisa documental, a fim de verificar a adequabilidade das informações contidas nos balanços à norma em estudo, através de um *checklist*. Após a categorização da qualidade das informações, é aplicada uma tabela, na qual os conselhos são classificados de acordo com sua pontuação. Observa-se que: o Conselho Federal de Contabilidade é o que melhor faz o uso devido da norma; as informações relacionadas à interação da entidade e o meio ambiente são as menos evidenciadas; nenhum dos conselhos atingiu a classificação ótima de aderência à norma; e na visão do sistema como um todo, o nível de aderência à norma é regular, o que significa que as informações apresentadas atendem de forma mediana ao que propõe a norma.

Palavras-chave: Informações socioambientais. Aderência. Balanço Social. NBC T 15.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Caracterização e funcionamento básico de um sistema.....	27
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Totais de informações por categorias de qualidade e pontuação final de cada conselho	61
Tabela 2: Classificação do nível de aderência dos conselhos de contabilidade ..	62
Tabela 3: Pontuação final do Sistema CFC/CRC`s	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Conselhos enquadrados na pesquisa.	18
Quadro 2: Checklist elaborado a partir da norma NBC T 15.	19
Quadro 3: Categorias da qualidade das informações	21
Quadro 4: Classificação da aderência à NBC T 15 para cada conselho.....	21
Quadro 5: Classificação da aderência do sistema cfc/crc`s à NBC T 15	22
Quadro 6: Importância do balanço social	35
Quadro 7: Modelo de Demonstração do Valor Adicionado para empresas em geral	43
Quadro 8: Quesitos e enquadramento na categoria Geral.....	47
Quadro 9: Estrutura da DVA publicada pelos CRC`s	48
Quadro 10: Quesitos e enquadramento na categoria Recursos Humanos	51
Quadro 11: Quesitos e enquadramento na categoria Interação da Entidade com o Ambiente Externo.....	55
Quadro 12: Quesitos e enquadramento na categoria Interação com o meio ambiente	57

LISTA DE SIGLAS

A3P - Programa Agenda Ambiental na Administração Pública

CERES - *Coalition for Environmentally Responsible Economics*

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CRC - Conselho Regional de Contabilidade

CRC-BA - Conselho Regional de Contabilidade da Bahia

CRC-CE - Conselho Regional de Contabilidade do Ceará

CRC-GO - Conselho Regional de Contabilidade de Goiás

CRC-MG - Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais

CRC-PA - Conselho Regional de Contabilidade do Pará

CRC-RO - Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia

CRC-RS - Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande Do Sul

CRC-SC - Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina

CRC-SP - Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo

DVA - Demonstração do Valor Adicionado

FIDES - Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial E Social

GRI - *Global Reporting Initiative*

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

ICEP - Instituto Cultural, Educacional, Profissionalizante de Pessoas com Deficiência

MMA - Ministério do Meio Ambiente

NBC – Norma Brasileira de Contabilidade

RSE - Responsabilidade Social das Empresas

UNEP - *United Nations Environmental Programme*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	TEMA E PROBLEMA	14
1.2	OBJETIVOS	14
1.2.1	Objetivo Geral	15
1.2.2	Objetivos Específicos	15
1.3	JUSTIFICATIVA	15
1.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
1.4.1	Enquadramento da pesquisa	16
1.4.2	Estratégia de coleta e análise de dados	17
1.4.3	Delimitação da pesquisa	22
1.4.4	Limitação da pesquisa	23
1.5	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	23
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	25
2.1	DESENVOLVIMENTO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL	25
2.2	A CONTABILIDADE COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	27
2.2.1	Sistema de Informação Contábil	27
2.3	RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS	29
2.3.1	Relatórios de Evidenciação Socioambiental	31
2.3.2	GRI (Global Reporting Initiative)	32
2.4	BALANÇO SOCIAL	34
2.4.1	IBASE	36
2.4.2	Instituto Ethos	37
2.5	NBC T 15 - DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL	39
2.5.1	Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	41
3	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	44
3.1	SISTEMA CFC/CRC`S	44
3.2	CATEGORIZAÇÃO DA EVIDENCIAÇÃO SOCIAL DO SISTEMA CFC/CRC`S	47
3.2.1	Geral	47
3.2.2	Recursos Humanos	49
3.2.3	Interação da Entidade e o Ambiente Externo	54

3.2.4	Interação com o Meio Ambiente.....	56
3.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	59
4	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS..	64
4.1	CONCLUSÃO.....	64
4.2	RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	66
	REFERÊNCIAS.....	67

1 INTRODUÇÃO

Com a evolução cultural da sociedade e a compreensão dos efeitos do homem sobre o planeta, a exigência de respeito a preceitos que contribuam para o bem estar humano, passa pela atenção às questões ambientais e sociais.

Esse respeito cobrado pela comunidade afeta entidades em geral à medida que existe uma rígida postura por parte dos clientes, que têm expectativa de interagir com organizações que sejam éticas, atuem de forma responsável e tenham boa imagem institucional (TACHIZAWA, 2009).

No contexto do mercado globalizado, as entidades precisam buscar diferenciais competitivos, de tal forma a se destacar e ocupar seu espaço. A prática de ações voltadas à responsabilidade social é um diferencial, que resulta na conquista de novos mercados, acesso a investimentos com menor grau de risco, além de garantir seu espaço.

Nesse cenário, a contabilidade tem papel importante ao passo que, como ciência social aplicada, está sensível aos fatores externos, no caso, os anseios da sociedade. Como sistema de informação, possui instrumentos que contribuem para a evidenciação de informações de cunho socioambiental (RIBEIRO; LISBOA, 1999), o que permite que a sociedade tenha acesso às ações dessa natureza praticadas pelos agentes econômicos.

Um dos instrumentos por meio do qual as entidades têm a oportunidade de evidenciar investimentos nos aspectos econômicos, sociais e ambientais, é o balanço social. No Brasil, não é obrigatório, no entanto, com a Resolução CFC nº 1.003 de 19 de agosto de 2004, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental que estabelece procedimentos para evidenciação de informações dessa natureza.

Para a demonstração de informações socioambientais não existe um modelo padrão a ser seguido. Algumas organizações como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial formulam modelos de apresentação do demonstrativo, mas as entidades podem prepará-lo da maneira que melhor lhes convier. O conteúdo, no entanto, é orientado pela NBC T 15.

Neste trabalho, são caracterizados os níveis de aderência dos balanços sociais publicados pelo Sistema CFC/CRC`s em relação à NBC T 15, através de uma pontuação atribuída a cada conselho, resultante da classificação das informações contidas nos balanços em completas, incompletas e ausentes. A pontuação final é alocada em faixas de categorias, elaboradas pelo pesquisador, que classifica o nível de aderência em insuficiente, regular, bom ou ótimo.

1.1 TEMA E PROBLEMA

A partir do momento em que surge a preocupação com responsabilidade social, surge a necessidade de evidenciá-la à sociedade. O balanço social, usado como mecanismo de gestão e de informação, deve apresentar aos diversos usuários, de forma transparente, informações de ordem econômica, ambiental e social relacionadas ao desempenho das entidades na busca do desenvolvimento sustentável (TINOCO, 2010).

Informar com precisão e clareza o que se passa na entidade é fator primordial para que a sociedade tenha condições de avaliar, compreender e, se oportuno, criticar. Logo, a evidenciação deve ser feita de modo a, efetivamente, passar informações fidedignas aos usuários. Estudos acerca da evidenciação social e ambiental vêm sendo realizados, como se pode perceber com os trabalhos de Vieira e Faria (2007), Costa e Marion (2007), Azevedo e Cruz (2008), Faria e Pereira (2009), Beuren et al. (2010).

O Sistema CFC/CRC`s tem participação nesse processo de evidenciação ao aprovar a NBC T 15 e por intermédio de seus órgãos, na esfera de suas atribuições, regulamentar e fiscalizar as atividades da classe contábil. Nesse sentido, a pergunta de pesquisa que o trabalho se propõe a responder é: *como está caracterizada a aderência das informações socioambientais contidas nos balanços sociais publicados pelo Sistema CFC/CRC`s aos requisitos definidos na NBC T 15?*

1.2 OBJETIVOS

Para a consecução do trabalho, são destacados os principais objetivos a serem alcançados.

1.2.1 Objetivo Geral

Como objetivo geral, o presente estudo pretende caracterizar o nível de aderência dos balanços sociais publicados pelo Sistema CFC/CRC's, referente ao ano de 2009, em relação à NBC T 15.

1.2.2 Objetivos Específicos

Estabelecido o objetivo geral, são selecionados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar quais conselhos do Sistema CFC/CRC's publicaram balanço social, relativo ao ano de 2009, em seus sites oficiais;
- Analisar os balanços sociais publicados pelo sistema CFC/CRC's conforme a NBC T 15; e
- Caracterizar o nível de aderência dos balanços sociais publicados pelo sistema em relação à NBC T 15.

1.3 JUSTIFICATIVA

A relevância da pesquisa está no desafio de contribuir com inovações e melhorias que possam estimular melhores condutas do Sistema CFC/CRC's, agregando uma visão de futuro positiva na transparência das informações relacionadas à responsabilidade socioambiental.

A escolha desse segmento deve-se ao fato de que os integrantes do sistema estudado são os responsáveis pela regulamentação e fiscalização do exercício profissional da classe contábil. Sendo assim, a observância da fidelidade à aplicação da NBC T 15 é inerente, uma vez que as informações contidas na mesma são de responsabilidade técnica dos contabilistas.

Os conselhos de contabilidade têm condições, como órgãos representativos da classe, para elaborar seus balanços sociais fazendo o uso

devido da norma, o que lhes impõe a responsabilidade de se constituírem em modelo.

Além disso, há diversos trabalhos que verificam a evidenciação socioambiental em empresas, não tendo sido observadas pesquisas nessa linha com entidades de classe.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa estão divididos quanto ao enquadramento da pesquisa, à coleta e análise de dados, à delimitação do estudo e à limitação da pesquisa.

1.4.1 Enquadramento da pesquisa

O enquadramento metodológico deste trabalho está classificado quanto aos objetivos, aos procedimentos e à abordagem do problema.

Quanto aos objetivos, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva. De acordo com Gil (2010) a pesquisa descritiva tem por finalidade descrever as características de uma população ou fenômeno, ou relações entre variáveis. Nesse tipo de pesquisa, utiliza-se de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionário e observação sistemática.

O autor acrescenta que existem pesquisas classificadas em descritivas que acabam proporcionando uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias. Esta pesquisa descreve as características das informações apresentadas nos balanços sociais publicados pelo Sistema CFC/CRC's, através de um *checklist*.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é classificada como pesquisa bibliográfica e documental. Para Cervo e Bervian (1983, p.55) a pesquisa bibliográfica é aquela que

Explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passo existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Gil (2010) explica que a pesquisa acadêmica requer, em algum momento, a realização de trabalho bibliográfico, tanto é que, em trabalhos de conclusão de curso existe um capítulo ou seção dedicado à pesquisa bibliográfica, com o objetivo de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, como é o caso do presente estudo.

A pesquisa documental diferencia-se da pesquisa bibliográfica, como exposto por Godoy et al. (2007, p. 2), “apenas pela natureza da fonte, ou seja, são documentos como relatórios, arquivos públicos e privados, memorandos etc”. Neste trabalho, serão consultados os balanços sociais de cada conselho regional de contabilidade e do Conselho Federal de Contabilidade, publicados na internet, além de ter por base a NBC T 15.

Quanto à abordagem do problema, o estudo enquadra-se em pesquisa qualitativa. Nesse tipo de pesquisa, não se comprova a verdade através de números e estatísticas, mas se convence na forma da experimentação empírica, a partir de uma análise feita de forma abrangente e detalhada, pois os fatos em Ciências Sociais trazem significados sociais, carregados de valores, que não podem ser reduzidos a quantificações frias e fora do contexto da realidade (MICHEL, 2005).

Segundo Michel (2005, p. 33) “na pesquisa qualitativa o pesquisador participa, compreende e interpreta”. O autor também afirma que é possível fazer uma análise qualitativa de dados quantitativos e vice-versa, tanto a análise quantitativa pode auxiliar na interpretação de um fenômeno, como a análise qualitativa pode fornecer dados para se proceder a uma análise quantitativa. Nesta pesquisa, são utilizados dados quantitativos para a realização da análise qualitativa dos resultados obtidos.

1.4.2 Estratégia de coleta e análise de dados

Os balanços sociais são coletados nos sítios eletrônicos oficiais de cada conselho. Contatou-se por e-mail aqueles conselhos que não publicaram a demonstração em seus sites, num total de 18. Destes, o único conselho a responder o contato foi o Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco,

que confirmou a não elaboração do balanço social do ano de 2009. O restante dos 17 conselhos contatados não respondeu.

De uma população de 28 conselhos (26 conselhos regionais representando os estados, 1 conselho regional para o distrito federal e 1 Conselho Federal de Contabilidade), apenas 10 se encaixaram na delimitação da pesquisa, ou seja, foram identificados 10 balanços sociais divulgados pelo Sistema CFC/CRC's referente ao ano de 2009, publicados no site oficial de cada conselho.

A relação dos conselhos de contabilidade que têm seus balanços sociais estudados está demonstrada no Quadro 1:

Sigla	Entidade
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CRC-BA	Conselho Regional de Contabilidade da Bahia
CRC-CE	Conselho Regional de Contabilidade do Ceará
CRC-GO	Conselho Regional de Contabilidade de Goiás
CRC-MG	Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais
CRC-PA	Conselho Regional de Contabilidade do Pará
CRC-RS	Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul
CRC-RO	Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia
CRC-SC	Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina
CRC-SP	Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo

Quadro 1: Conselhos enquadrados na pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da amostra é feita a pesquisa documental, na qual são analisados os demonstrativos de cada conselho, para verificar a adequabilidade das informações às recomendações da NBC T 15.

A norma estabelece regras de procedimentos a serem observadas quando da evidenciação de informações do âmbito social e ambiental, para demonstrar a responsabilidade social das entidades perante a sociedade.

Para a realização da pesquisa documental elaborou-se um *checklist*, com 36 quesitos baseados na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 15, conforme o Quadro 2. O *checklist* é desenvolvido para classificar as informações apresentadas nos balanços sociais estudados e imputar um conceito aos conselhos que os publicaram.

Identificação da Entidade	ENQUADRAMENTO NO CONCEITO		
	Informação Completa	Informação Incompleta	Informação Ausente
O balanço social publicado pelo conselho apresenta ...			
Categoria Geral			
... a comparação das informações contidas na demonstração de informações de natureza social e ambiental às informações do exercício anterior?			
... a geração e distribuição da riqueza apresentadas conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3?			
Categoria de Recursos humanos			
... a remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos?			
... a relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores?			
... gastos com encargos sociais?			
... gastos com alimentação?			
... gastos com transporte?			
... gastos com previdência privada?			
... gastos com saúde?			
... gastos com segurança e medicina do trabalho?			
... gastos com educação?			
... gastos com cultura?			
... gastos com creches?			
... gastos com capacitação e desenvolvimento profissional?			
... as informações dos itens anteriores expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e apresentada a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados?			
... o total de admissões, demissões e empregados no final do exercício?			
... o total de estagiários no final do exercício?			
... o total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício?			
... o total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício?			
... o total de empregados segregado por sexo?			
... a separação dos empregados por faixa etária nos seguintes intervalos: menores de 18 anos; de 18 a 35 anos; de 36 a 60 anos; acima de 60 anos?			
... o total de empregados por nível de escolaridade, segregados por: analfabetos; com ensino fundamental; com ensino médio; com ensino técnico; com ensino superior; pós-graduados?			

Quadro 2: Checklist elaborado a partir da norma NBC T 15

Fonte: Elaborado pela autora.

continuação

... o percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo?			
... informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade por número de processos movidos; número de processos julgados procedentes/improcedentes, valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça?			
Categoria da Interação da Entidade com o Ambiente Externo			
... os totais dos investimentos em educação (exceto de caráter ambiental)?			
... os totais dos investimentos em cultura?			
... o número de reclamações recebidas diretamente na entidade, por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor e por meio da Justiça?			
... a informação se a entidade utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores?			
Categoria da Interação com o Meio Ambiente			
... os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente?			
... investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados?			
... os investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade?			
...os investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade?			
... os investimentos e gastos com outros projetos ambientais?			
... a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade?			
... o valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente?			
... os passivos e contingências ambientais?			

Quadro 3: Checklist elaborado a partir da norma NBC T 15

Fonte: Elaborado pela autora.

Os quesitos foram separados em 4 grupos de informações, sendo eles: geral; recursos humanos; interação da entidade com o ambiente externo; e interação com o meio ambiente.

A separação em grupos de recursos humanos, interação da entidade com o ambiente externo e interação com o meio ambiente foi desenvolvida seguindo a disposição da norma NBC T 15, e serve de auxílio para as análises desta pesquisa.

O enquadramento das informações, como apresentado no Quadro 2, é classificado em IC - informação completa, II – informação incompleta e IA – informação ausente. O conceito é atribuído de acordo com uma pontuação, definida da seguinte maneira: IC = 5, II = 3 e IA = 0, conforme o Quadro 3:

Categorias	Posição	Significado	Pesos
IC	Informação Completa	A informação é evidenciada no balanço social e atende plenamente ao que propõe a norma NBC T 15.	5
II	Informação Incompleta	A informação prevista encontra-se no balanço social, porém, de maneira incompleta, ou sem conformidade com a norma, deficitária.	3
IA	Informação Ausente	A informação prevista não foi evidenciada no balanço social.	0

Quadro 4: Categorias da qualidade das informações
Fonte: Adaptado de Beuren (2010).

Os pesos foram definidos pela autora, a fim de atribuir um grau de valor a qualidade da informação apresentada para cada categoria. Desta forma, as informações completas recebem o maior peso, as informações incompletas pontuam parcialmente e as informações ausentes não pontuam.

Para enquadrar-se em informação completa, a informação contida no balanço social analisado deve estar totalmente de acordo com o que prevê a norma. Em informação incompleta, enquadram-se todas as informações apresentadas, mas que não atendem à norma em sua plenitude, seja no modo de evidenciação, seja pela falta de algum dado, ou por atender apenas parte do quesito formulado. Em informação ausente, são classificadas as informações que não são evidenciadas, de forma alguma, nos balanços sociais analisados.

Depois de somada a pontuação, de acordo com o enquadramento nos conceitos apresentados para cada uma das questões, o nível de aderência de cada conselho é classificado em insuficiente, regular, bom e ótimo, conforme apresentado no Quadro 4:

Pontuação Final	Classificação do nível de aderência por CFC/CRC
0 a 45	Insuficiente
46 a 90	Regular
91 a 135	Bom
136 a 180	Ótimo

Quadro 5: Classificação da aderência à NBC T 15 para cada conselho
Fonte: adaptado de Beuren (2010).

As faixas de pontuação foram estipuladas de acordo com um critério definido pela autora, que se resume em dividir o total da pontuação pela quantidade de faixas, no caso, 180 pontos foram divididos por 4. Portanto, cada faixa englobou 45 pontos, que variam de zero a 180.

Preenchidos todos os quesitos, a pontuação mínima possível é zero, posto que a informação ausente é nula para efeito de pontuação ($36 \times 0 = 0$), e a máxima 180 pontos ($36 \times 5 = 180$), sendo que a informação completa vale 5 pontos.

Para uma análise geral do sistema CFC/CRC's, aplica-se o Quadro 5:

Pontuação Final	Classificação da aderência do Sistema CFC/CRC's
0 a 450	Insuficiente
451 a 900	Regular
901 a 1350	Boa
1351 a 1800	Ótima

Quadro 6: Classificação da aderência do Sistema CFC/CRC's à NBC T 15
Fonte: adaptado de Beuren (2010).

A partir do quadro acima, caracteriza-se o nível de aderência dos balanços sociais do sistema como um todo. A pontuação mínima possível é zero ($36 \times 0 \times 10 = 0$), enquanto a pontuação máxima é 1800 ($36 \times 5 \times 10$).

A classificação da aderência à NBC T 15 insuficiente significa que, em geral, as informações socioambientais são apresentadas de forma deficiente, diminuta, pouco estão adequadas à norma. A classificação regular significa que a aderência das informações à norma estudada é mediana, nem boa nem ruim. A classificação boa significa uma aderência positiva à norma, favorável. E a classificação ótima significa que as informações apresentadas nos balanços sociais estão adequadas, atendem de forma muito boa à norma.

1.4.3 Delimitação da pesquisa

Delimitar, segundo Melhoramentos (1997), significa fixar os limites, demarcar, circunscrever e restringir. Portanto, a delimitação da pesquisa é determinar abrangência, extensão, e os limites do estudo.

Esta pesquisa propõe-se a estudar o nível de adequação dos balanços sociais referentes ao ano de 2009, do Sistema CFC/CRC's, publicados na internet, em seus sites oficiais, à norma brasileira de contabilidade – NBC T 15.

A escolha do ano de 2009 decorre do fato de que os balanços são elaborados após o encerramento do ano ao qual se referem, portanto os demonstrativos referentes ao ano de 2010 ainda estavam em fase de elaboração quando do início da presente pesquisa, no início de março de 2011.

A opção por analisar os balanços publicados na internet se justifica por o balanço social ser um demonstrativo de interesse de toda a sociedade, uma vez que demonstra ações e expõe resultados inerentes à atividade da entidade voltados para o âmbito socioambiental.

1.4.4 Limitação da pesquisa

A análise dos dados é feita através da interpretação da pesquisadora com base na leitura dos demonstrativos consultados e entendimento pessoal sobre a norma, aspectos esses que devem ser considerados.

Alguns itens presentes na norma não foram considerados posto que não se aplicam às características da entidade, por uma restrição legal. Devido ao fato de órgãos de classe serem entidades sem fins lucrativos, informações relacionadas a, por exemplo, participação nos lucros ou resultados, não integram o *checklist*.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Com a finalidade de obter um maior entendimento do presente estudo, este é dividido em quatro capítulos.

O primeiro capítulo apresenta a introdução, justificativa, procedimentos metodológicos e a organização do trabalho.

O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica, a qual busca embasamento teórico para alcançar os objetivos da pesquisa. Neste capítulo, aborda-se um breve histórico da informação contábil, a contabilidade como

sistema de informação, conceitos de responsabilidade social, balanço social e a NBC T 15.

O terceiro capítulo é dedicado à descrição e análise dos dados. Neste capítulo, apresenta-se o sistema estudado, a caracterização da evidenciação social do sistema e a análise dos resultados obtidos.

No quarto capítulo, são apresentadas as conclusões da pesquisa e as sugestões para trabalhos futuros.

Por fim, evidencia as referências, em que são relacionadas as obras citadas ao longo deste trabalho.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O presente capítulo apresenta a revisão da literatura utilizada, evidenciando o funcionamento da contabilidade como um sistema de informação, conceitos como de responsabilidade social, balanço social bem como os modelos mais utilizados. São apresentadas também a norma NBC T 15 e a Demonstração do Valor Adicionado.

2.1 DESENVOLVIMENTO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A Contabilidade é umas das ciências mais antigas do mundo e, desde os primórdios, acompanha o desenvolvimento e a evolução da sociedade (SÁ, 1997). Existem diversos registros de que civilizações antigas já possuíam um esboço de técnicas contábeis, sendo que os primeiros registros contábeis que se têm notícias, segundo historiadores, têm sua origem há 4.000 anos a.C. (TINOCO, 2001).

Desde os tempos mais remotos, o escopo da contabilidade foi o controle e a informação. Inicialmente, teve como seu usuário principal, e talvez único, o proprietário, que de tempos em tempos, sem datas predeterminadas, realizava contagens físicas do que possuía para ter conhecimento e controle do seu patrimônio (TINOCO, 2001).

À medida que o homem passa a viver em sociedade, fatos inéditos surgem com o patrimônio, como a construção de moradias, produção de bens, realização de empréstimos, etc. e como decorrência de novas percepções e novos raciocínios, são geradas novas formas de registro (KROETZ, 2000).

Nesse sentido, a contabilidade se desenvolveu atendendo os objetivos imediatos frente aos fatos que surgiam, “era a resposta às necessidades práticas dada pela criatividade do ser humano em desenvolver técnicas para resolver problemas reais” (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005, p. 9).

Segundo Cruz et al. (2005), com o advento da Revolução Industrial em meados do século XVIII, ocorreram mudanças consideráveis nas relações econômico-financeiras entre os entes da sociedade, que provocaram a aceleração do desenvolvimento da informação contábil. O aumento da demanda

econômica fez surgir a necessidade dos capitalistas industriais de expandir seus empreendimentos e, para isso, passaram a buscar capital alheio para viabilizar seus projetos.

Nesse cenário, a informação contábil tornou-se essencial, ao passo que para conseguir empréstimos era necessário um prévio relato da viabilidade do empreendimento. A partir desse período, as técnicas contábeis para o fornecimento de informações evoluíram no que se refere ao aperfeiçoamento na elaboração e fidedignidade do conteúdo.

Apesar de encontrar suas bases nos tempos mais primitivos, segundo Kroetz (2000), a contabilidade entrou para o grupo das ciências, reconhecidamente, somente em 1834, através da proposição feita por J. P. Coffy, aprovada pela Academia de Ciências de Paris.

Tal fato desencadeou um aprofundamento dos estudos, surgindo uma plêiade de teóricos e obras científicas, o que consolidou a contabilidade como um dos ramos da ciência dominada pelo homem.

O objeto de estudo da ciência contábil, como relata Kroetz (2000), passou por processos de divergências até chegar ao entendimento de que o verdadeiro objeto de estudo da contabilidade é o patrimônio das entidades, ou aziendas.

De acordo com Sá (2008, p.100), essa doutrina científica que admite o patrimônio das empresas e instituições como objeto de estudo da contabilidade denomina-se Patrimonialismo. O autor relata que essa corrente iniciou-se pelo professor italiano Vincenzo Masi, em 1928, e no Brasil, por Francisco D'Áuria, ao elaborar e apresentar em 1929, ao Congresso Internacional de Contabilidade a tese *Tendências Positivas da Contabilidade*.

A partir da base patrimonialista, surge o Neopatrimonialismo que, de acordo com Kroetz (2000), está baseado na visão de que a ciência contábil deve acompanhar os avanços tecnológicos, as tendências mercadológicas e administrativas para poder suprir as necessidades de informações dos diversos usuários, internos e externos.

2.2 A CONTABILIDADE COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Compreendida a contabilidade como ciência, é preciso entendê-la como um sistema de informação, e para isso, alguns aspectos relacionados à teoria sistêmica são apresentados.

Segundo Magalhães e Lunkes (2000), as mudanças organizacionais decorrentes de processos de desenvolvimento social, político, econômico, institucional e educacional, propiciaram o aperfeiçoamento, a evolução e o surgimento de novos sistemas, relacionados às diversas atividades do conhecimento humano, especialmente com a Contabilidade.

2.2.1 Sistema de Informação Contábil

Para entender o que é um sistema de informação contábil, inicialmente, é necessário compreender o funcionamento dos sistemas.

Sistema, em geral, como conceituado por Padoveze (2000, p. 42), “é um conjunto de elementos interdependentes, ou um todo organizado, ou partes que interagem formando um todo unitário e complexo”. O autor acrescenta que a resultante do todo, no enfoque sistêmico, deve ser maior que a soma das partes.

Todo sistema, qualquer que seja sua natureza, tem finalidade específica, para a qual todas as suas partes devem colaborar. Sem esse objetivo comum, não teria sentido a interligação das partes componentes do sistema (MAGALHÃES; LUNKES, 2000).

Fundamentalmente, o funcionamento de um sistema pode ser explicado como um processamento de recursos (entradas do sistema), que resulta em produtos (saídas) do sistema (PADOVEZE, 2000), conforme a ilustração:

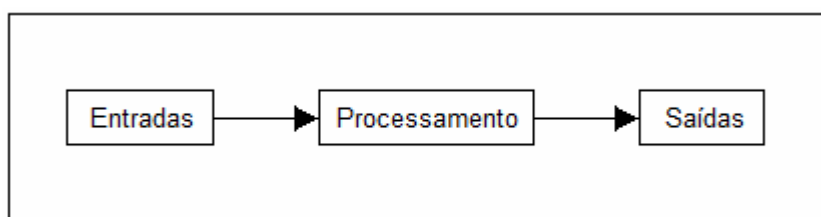


Figura 1: Caracterização e funcionamento básico de um sistema
Fonte: Padoveze (2000, p. 26)

Os sistemas classificam-se em abertos e fechados. Os sistemas abertos são caracterizados pela interação com o meio externo, permanecem sempre expostos aos fatores externos e internos, variando e se moldando de acordo com os vários níveis de dependência e interligação, enquanto os sistemas fechados são alheios às exterioridades e sobrevivem sem contatos com o ambiente externo (KROETZ, 2000).

A contabilidade é classificada como um sistema aberto, em constante ligação com o meio que a cerca. Nesse aspecto, Kroetz (2000, p. 27) relata que:

O ambiente externo visualiza a organização como um agente transformador da realidade e receptor dos seus anseios. Nessa concepção, a Contabilidade preocupa-se com a interação e interdependência da entidade para com o meio. Esses pressupostos exigem a aplicação da teoria geral dos sistemas, confirmando que a Ciência Contábil é um subsistema social e, conseqüentemente, um sistema aberto.

Como um sistema aberto, é sensível aos fatores do meio, e deve apresentar informações que se adequem às necessidades dos diversos usuários, inclusive externos.

Crepaldi (2002) explica que as informações contábeis são de interesse dos mais variados usuários, como dos sindicatos, que precisam saber a capacidade de pagamento de salários, do governo, que tem interesse no potencial de agregação de riqueza e pagamento de impostos, dos ambientalistas que exigem conhecer a contribuição da entidade para o meio ambiente, e assim por diante.

Para tanto, a contabilidade é considerada um sistema de informação, o qual tem o papel de processar dados e transformá-los em relatórios, que são as informações destinadas a quem delas necessite (MAGALHÃES; LUNKES, 2000).

Esse sistema deve ser estudado de forma holística (completa), com uma análise que engloba além das demonstrações contábeis, o contexto no qual a entidade está inserida e as influências que exerce e recebe do meio externo (KROETZ, 2000). Essa análise integrada é necessária à medida que por trás dos resultados financeiros, podem existir ações que não seguem a mesma direção do resultado evidenciado.

Como exemplificado por Kroetz (2000), um balanço pode apresentar lucro financeiro, obtido em decorrência de danos ambientais irreparáveis, da mesma

forma pode uma entidade apresentar prejuízo em suas demonstrações financeiras, enquanto seu balanço social evidencia pesados investimentos em equipamentos não-poluentes, recuperação de áreas degradadas, entre outros.

A finalidade de toda ciência é produzir conhecimento e demonstrar sua utilidade; nas ciências sociais, o conhecimento deve transcender seu objeto buscando o bem estar social. A Contabilidade traz essa preocupação buscando demonstrar a realidade patrimonial e também sua relação com questões socioambientais (KROETZ, 2000).

2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS

O tema Responsabilidade Social vem sendo amplamente discutido e exigido pela sociedade, tanto pelos organismos não governamentais e entidades da Administração Pública, como pelas empresas privadas e órgãos de classe, como os Conselhos Regionais de Contabilidade (GODOY et al., 2007).

O movimento da Responsabilidade Social das Empresas – RSE iniciou-se a partir dos EUA e baseou-se na busca por maior consciência dos segmentos da sociedade na responsabilidade das empresas quanto ao meio ambiente e aos direitos dos consumidores (REIS; MEDEIROS, 2007).

De acordo com Tinoco (2001), o repúdio da população à Guerra do Vietnã na década de 1960, deu início a um cenário em que se exigia das empresas uma nova postura, moral e ética, perante os cidadãos, no sentido de as entidades preocuparem-se menos com aspectos financeiros e mais com as relações sociais, dentro e fora destas. A partir de então, as empresas começaram a prestar contas de suas ações sociais, e surgiram as primeiras informações de responsabilidade social, que eram divulgadas juntamente com o balanço patrimonial.

No Brasil, indícios de mudança na mentalidade empresarial foram percebidos na década de 60. Wissmann (2007) discorre que o marco histórico para o início da utilização da expressão “Responsabilidade Social” diretamente associada às empresas foi a “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas”, publicada em 1965. Após esse episódio, em 1975 foi criado o Decreto-lei nº 76.900/75 que instituiu a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), primeiro relatório obrigatório a abordar aspectos sociais.

É visível a mudança de pensamento da sociedade em relação às questões socioambientais nas entidades. De acordo com Tachizawa (2009, p. 67), “a responsabilidade social está se transformando num parâmetro, e referencial de excelência para o mundo dos negócios e para todo o Brasil”.

As empresas que adotam um comportamento socialmente responsável chamam a atenção de forma positiva de clientes, fornecedores, governo e do restante dos usuários das informações por estas prestadas, seus *stakeholders*.

O contrário pode ocorrer com entidades que desenvolvem comportamentos questionáveis, que podem atrair atenção da mídia e provocar danos comprometedores em sua imagem. A RSE, além do lado ético e responsável que envolve, tornou-se estratégia financeira e de sobrevivência empresarial (MACHADO FILHO, 2006).

O contexto econômico traz a preocupação, por parte dos clientes, em interagir com entidades que sejam éticas, tenham boa reputação, e atuem de forma socialmente responsável, segundo Tachizawa (2009). O autor descreve que um dos maiores desafios existentes é fazer com que as forças de mercado atuem de forma a melhorar o ambiente, com o uso de padrões baseados no desempenho e critérios na utilização de instrumentos econômicos.

Para o Instituto Ethos (2007), a RSE é uma forma de gestão na qual se cultiva a relação ética e transparente com todos os públicos com quem a entidade se relaciona, e se estabelece metas empresariais que incentivem o desenvolvimento sustentável da sociedade, de modo a preservar recursos pensando nas gerações futuras, com respeito à diversidade e redução das desigualdades sociais.

No entendimento de Schmidt (2010), a empresa socialmente responsável, além de preocupar-se com suas atividades financeiras, compromete-se com a ética e a cidadania buscando uma transformação social por meio de suas ações. Segundo a autora, a RSE ainda é um tema recente, mas que vem ganhando solidez à medida que a sociedade clama por maior transparência nas ações praticadas pelas entidades.

As informações geradas pela contabilidade são fornecidas aos usuários de forma estruturada, por meio de relatórios contábeis. Como explica Beuren (2010), existe a preocupação, por parte da contabilidade, sobre a forma de evidenciação

desse relatório, pois os mesmos devem fornecer informações fidedignas, completas e oportunas, que auxiliem no processo de tomada de decisão.

No entanto, selecionar quais informações serão disponibilizadas aos usuários tem sido tarefa difícil, principalmente a partir do momento em que surge a preocupação da sociedade em questionar as empresas sobre as questões ambientais e sociais relacionadas aos seus negócios (BEUREN, 2010).

Nesse sentido, a contabilidade como um sistema de informações, possui potencial para atender às necessidades da sociedade por informações de caráter socioambiental através de relatórios de responsabilidade social (AZEVEDO; CRUZ, 2009).

Pesquisas indicam que existe, por parte das entidades, a preocupação sobre a evidenciação de informações socioambientais, porém existe ainda um longo caminho a ser percorrido até que se chegue a um nível de evidenciação padrão, como as realizadas por Azevedo e Cruz (2009), Faria e Pereira (2009) e Beuren (2010).

2.3.1 Relatórios de Evidenciação Socioambiental

Evidenciar, de acordo com Melhoramentos (1997, p.215) está ligada à palavra evidência, que significa “todos podem ver e verificar”.

A partir do momento em que surge a preocupação com responsabilidade social, surge a necessidade de evidenciá-la à sociedade. As organizações mundiais têm unido esforços para definir, padronizar e normatizar a evidenciação da responsabilidade socioambiental (FARIA; OLIVEIRA, 2006).

As empresas podem fornecer informações sobre sua responsabilidade social através de demonstrativos como o Relatório da Administração, Notas Explicativas, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.

No Brasil, algumas organizações desempenham papel de modo a orientar a evidenciação de informações socioambientais, como o Instituto Ethos e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Essas entidades têm o interesse em comum de incentivar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável.

No âmbito internacional, destaca-se a GRI (*Global Reporting Initiative*), uma organização que tem por objetivo adotar um modelo padrão internacional de relatório de responsabilidade social (GODOY et al., 2007).

2.3.2 GRI (Global Reporting Initiative)

A *Global Reporting Initiative* (Iniciativa Global para a Apresentação de Relatórios) é uma organização não-governamental, com sede em Amsterdã, na Holanda, que tem por missão “desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizadas voluntariamente por empresas do mundo todo” (INSTITUTO ETHOS, 2007).

Segundo Godoy et al. (2007), a GRI foi constituída em 1997, resultante da iniciativa conjunta da organização não governamental norte-americana *Coalition for Environmentally Responsible Economics* (CERES) e do Programa Ambiental das Nações Unidas (United Nations Environmental Programme – UNEP).

Os autores relatam que, em 2002, tornou-se independente e passou a ser um centro de colaboração oficial do UNEP. Em decorrência da independência, a GRI conta com a participação ativa de representantes de diversas áreas do conhecimento, e de variadas partes do mundo. Tem o objetivo de adotar um modelo de relatório padronizado internacionalmente, que relate aspectos da sustentabilidade econômica, social e ambiental das organizações.

A GRI, de acordo com o Instituto Ethos (2007), também busca atribuir aos relatórios de sustentabilidade a mesma utilidade, qualidade e seriedade dos relatórios e balanços financeiros, conferindo-lhes o status de documento.

Conforme o Instituto, o modelo de relatório da *Global Reporting Initiative* é o mais completo e mundialmente difundido. Atualmente, são mais de 1000 empresas a produzir seus relatórios com base no modelo da GRI, sendo 60 delas brasileiras.

Godoy et al. (2007) explicam que o modelo GRI possui inúmeros indicadores, distribuídos em 6 categorias, sendo elas:

- Indicadores de desempenho econômico;
- Indicadores de desempenho do meio ambiente; indicadores de desempenho referentes a práticas trabalhistas e trabalho decente;

- Indicadores de desempenho referentes a direitos humanos;
- Indicadores de desempenho social referente à sociedade; e
- Indicadores de desempenho referentes à responsabilidade sobre o produto.

Os indicadores de desempenho econômico abordam aspectos relativos ao resultado financeiros, aos benefícios proporcionados à comunidade e à atuação da empresa no mercado.

Indicadores de desempenho do meio ambiente englobam informações sobre energia utilizada, emissão de gases, multas ou sanções resultantes de não conformidades com leis ambientais, gastos com proteção ambiental, entre outros.

Os indicadores de desempenho referentes a práticas trabalhistas e trabalho decente revelam a composição de funcionários, saúde e segurança no trabalho, relações entre os trabalhadores e a governança, além de evidenciar a quantidade de horas de treinamentos proporcionadas ao ano.

Os indicadores de desempenho referentes a direitos humanos abordam aspectos como medidas para extinguir o risco de ocorrência de trabalho infantil ou trabalho forçado, casos de discriminação, casos de discriminação de direitos de povos indígenas e medidas tomadas, entre outros.

Indicadores de desempenho social referente à sociedade abordam aspectos relativos a multas por não conformidades com a lei, posições quanto às políticas públicas e concorrência desleal, além de impactos das operações nas comunidades.

Indicadores de desempenho referentes à responsabilidade sobre o produto podem ser expressos em saúde e segurança do cliente, programas de comunicação de *marketing*, publicidade, patrocínio, reclamações em virtude da privacidade do cliente e multas de valor significativo por não conformidade com as leis de fornecimento e uso de produtos e serviços.

Os Relatórios GRI demonstram os resultados da entidade na perspectiva do Tripé da Sustentabilidade (*Triple Bottom Line*), pois envolvem além de aspectos financeiros, aspectos de impacto econômico, social e ambiental no meio em que a entidade atua (TINOCO, 2010).

2.4 BALANÇO SOCIAL

Diante da necessidade de tornar públicas as ações e comportamentos socialmente responsáveis das entidades foi criado um instrumento especificamente para essa finalidade, o Balanço Social.

A história do Balanço Social, como relata Tinoco (2010), iniciou-se da década de 60, nos Estados Unidos da América e na Europa, com destaque para a França, local onde, em 1972, a SINGER fez o primeiro balanço social da história.

A França também foi o primeiro país do mundo a possuir uma lei sobre o demonstrativo, que impelia empresas com 300 ou mais funcionários a elaborá-lo. A Lei nº 77.769/77, conhecida como “*Rapport Sudreau*”, prendia-se apenas a estabelecer as *performances* da empresa no domínio social, sem envolver aspectos econômicos e ambientais, como afirma Tinoco (2010).

No Brasil, o assunto entrou em debate através do Instituto de Desenvolvimento Empresarial, hoje denominado Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social, (FIDES). Na década de 80, a fundação elaborou um modelo, no entanto só na década de 90 é que algumas empresas começaram a dar importância ao demonstrativo e a publicar as ações realizadas em relação aos funcionários, à comunidade e ao meio ambiente, em balanços e relatórios sistematizados (BALANÇO SOCIAL, 2011).

O primeiro Balanço Social brasileiro foi elaborado e publicado pela Nitrofértil, em 1984, e teve como público-alvo seus funcionários. Porém, a discussão no país ganhou força somente em 1997, quando o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas iniciou uma campanha para a publicação voluntária do Balanço Social (IBASE, 2011).

O balanço social é um relatório que reúne os principais indicadores de desempenho econômico, social e ambiental, em aberto diálogo com o público com quem empresa se relaciona. Além de ampliar a comunicação da empresa com a sociedade, serve de incentivo na incorporação de posturas éticas e transparentes, seja na comparação de seu desempenho com o de outras empresas, seja na avaliação de seus investimentos, entre outros (INSTITUTO ETHOS, 2007).

Tem por objetivo ser equitativo e fornecer informação que satisfaça a necessidade de quem dela precise, missão essa que também é da contabilidade, além de descrever a realidade econômica e social em que a entidade está inserida, como afirma Tinoco (2010).

A importância do Balanço Social para alguns autores da literatura contábil brasileira está resumida no quadro abaixo:

Autor	Importância do Balanço Social
TAYLOR, 1980	É o instrumento mais apto, considerando-se suas limitações, para apoiar o comportamento social
TINOCO, 1984	Instrumento de gestão e de informação que visa reportar informações econômicas, financeiras e sociais do desempenho das entidades
SÁ e SÁ, 1995	Representa uma prestação de contas da empresa à sociedade em face de sua responsabilidade para com a mesma
ANDREOLLA, 1997	Instrumento de medida do desempenho da empresa no campo social, considerando a tríplice realidade da empresa: econômico-financeira, pessoal-humana, político-social
DE LUCA, 1998	Instrumento de medida que permite verificar a situação da empresa no campo social
KROETZ, 2000	Instrumento de controle e de auxílio para tomada de decisões e adoção de estratégias
KROETZ, 2000	Aborda questões que mostram com transparência as informações sobre a atuação social da empresa
SUCUPIRA, 2001	Um conjunto de informações sobre as atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas aos seus empregados e à comunidade onde está inserida
TINOCO, 2001	Pode contribuir para modificar a imagem pública da empresa, do próprio pessoal e do público em geral
IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2003	O Balanço Social tem por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida
MAZZIONI, 2005	O Balanço Social busca oportunizar a oferta de instrumentos válidos, capazes de refletir os esforços organizacionais relacionados ao bem estar das pessoas, ao meio ambiente, à geração e distribuição de riquezas e da responsabilidade social que lhe é inerente

Quadro 7: Importância do balanço social
Fonte: Mazzioni (2005, apud TINOCO, 2010)

Diante do quadro apresentado, entende-se o balanço social como um instrumento de transparência na relação da entidade com o público em geral, a respeito de suas ações na área socioambiental, e também de utilidade gerencial para a entidade, a qual poderá usá-lo para avaliar políticas administrativas, analisar sua relação com o ambiente externo, auxiliar na tomada de decisões e na

adoção de estratégias, enfim, serve como um instrumento de controle, informação e comunicação.

Nesse sentido, o balanço social é de interesse de todos os públicos que interagem com a entidade: dos administradores, pois serve de apoio à tomada de decisão sobre programas sociais desenvolvidos; dos fornecedores e investidores, ao passo que informa as responsabilidades em relação aos recursos humanos e à natureza; dos consumidores, ao oferecer uma ideia sobre a postura dos administradores e a qualidade do produto ou serviço oferecido; e do Estado, pois serve de auxílio para identificar e formular políticas públicas (BALANÇO SOCIAL, 2011).

No Brasil, ainda não existe padronização quanto à apresentação do balanço, nem lei que obrigue sua elaboração. As entidades podem publicá-lo anualmente, de maneira voluntária.

A fim de estabelecer procedimentos para a divulgação de informações sociais e ambientais, como o balanço social, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a norma brasileira de contabilidade NBC T 15. Para garantir a organização e ter uma orientação sobre o que informar, algumas entidades recorrem a modelos elaborados por organizações cujo objetivo é auxiliar o processo de definição sobre o conteúdo do Balanço Social. Entre os modelos mais difundidos no Brasil, podem ser citados os modelos IBASE, GRI e Instituto ETHOS.

2.4.1 IBASE

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas foi criado em 1981, sem vinculação religiosa, partidária, nem fins lucrativos. Desde 1997, o sociólogo Herbert de Souza e o IBASE vêm chamando à atenção de empresários e de toda a sociedade para a importância e a necessidade da realização do balanço social das empresas em um modelo único, simples e objetivo (IBASE, 2011).

Entendendo que a simplicidade é a garantia de maior participação das entidades, o Instituto, em parceria com representantes de empresas públicas e privadas, a partir de inúmeras reuniões e debates com diversos setores da

sociedade, desenvolveu um modelo de balanço social que se aplica a todas as empresas, independente do tamanho e setor.

Os indicadores do modelo desenvolvido possibilitam análises comparativas da própria empresa ao longo do tempo ou entre outras do mesmo setor, pois o instituto preocupa-se com a padronização da apresentação das informações socioambientais no sentido de possibilitar avaliação adequada da função social da empresa (IBASE, 2011).

O modelo do IBASE apresenta indicadores econômicos; indicadores sociais internos, que são os investimentos sociais para os funcionários; indicadores sociais externos, que compreendem investimentos para a comunidade; indicadores do corpo funcional; informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e outras informações.

O espaço para outras informações serve para a entidade expor informações que julgar relevantes no exercício da responsabilidade social, além de ser um espaço onde podem ser fornecidas informações qualitativas, já que o restante do demonstrativo permite apenas que sejam expressas informações quantitativas.

O balanço é apresentado em forma de relatório único, conciso, com uma estrutura padronizada que deixa clara a visualização das informações. Pode ser baixado pelo *site* do instituto de modo que as empresas apenas preencham o relatório já estruturado.

O modelo sugere o preenchimento do exercício atual e do exercício seguinte, em forma de metas, o que torna possível a comparação e avaliação dos resultados com o passar do tempo. Além disso, possui um espaço dedicado às instruções para preenchimento, que esclarece o que deve ser considerado em cada item, o que torna mais fácil seu preenchimento.

2.4.2 Instituto Ethos

O Instituto Ethos de Responsabilidade Social foi criado em 1998, por um grupo de empresários e executivos da iniciativa privada, com a finalidade de levar para dentro das empresas o conceito de responsabilidade social empresarial e

incentivá-las a incorporá-lo no dia-a-dia de sua gestão. (INSTITUTO ETHOS, 2011).

Sem fins lucrativos, tem como missão chamar atenção das entidades, sensibilizá-las e ajudá-las a administrar seus negócios de forma responsável, em parceria para a construção de uma sociedade justa e sustentável.

Para tanto, desde o ano 2000, são desenvolvidos os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. Estruturados em forma de questionário, os indicadores são instrumentos de conscientização e monitoramento da responsabilidade social empresarial (INSTITUTO ETHOS, 2007).

Segundo Godoy et al. (2007), o modelo proposto pelo Instituto é baseado num relatório detalhado dos princípios e das ações da organização, incorpora a planilha proposta pelo IBASE e sugere um detalhamento maior do contexto da tomada de decisões, dos problemas encontrados e dos resultados obtidos.

O questionário dos indicadores, segundo o Instituto Ethos (2007), está dividido em sete categorias:

- Valores, Transparência e Governança;
- Público Interno;
- Meio Ambiente;
- Fornecedores;
- Consumidores e Clientes;
- Comunidade; e
- Governo e Sociedade.

Cada categoria é composta por um conjunto de indicadores que exploram em variadas perspectivas o desempenho da empresa naquele aspecto. No total, são 40 indicadores a ser considerados.

Depois de preenchido o questionário, este poderá ser enviado ao Instituto para que sejam gerados os Relatórios de Diagnóstico de Responsabilidade Social Empresarial, o qual a empresa tem acesso em sua área restrita no site. Esse relatório permite que as empresas comparem seu desempenho, por meio de tabelas e gráficos, com a média de outras empresas que enviaram o questionário no mesmo período ou com o grupo de *benchmarking*, formado pelas dez melhores colocadas.

Dessa forma, os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social funcionam como uma ferramenta de autoavaliação para a entidade, já que permitem a comparação e o acompanhamento do seu desempenho.

2.5 NBC T 15 - DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução nº 1.003/04, aprovou em 19 de agosto de 2004 a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental, que entrou em vigor em 1º. de janeiro de 2006. A norma estabelece procedimentos para a evidenciação, voluntária, com a finalidade de demonstrar à sociedade a responsabilidade social da entidade.

Em seu item 15.1.2, esclarece que, para fins da norma, deve-se entender por informações de natureza social e ambiental: “a) a geração e a distribuição de riqueza; b) os recursos humanos; c) a interação da entidade com o ambiente externo; d) a interação com o meio ambiente”.

A NBC T 15 dispõe que a divulgação da Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas. Além disso, a demonstração deve ser apresentada com informações do exercício atual e do exercício anterior, a fim de possibilitar a comparação e contextualizar os dados.

O item 15.2 da norma estabelece as informações a serem divulgadas sobre os diversos aspectos: Geração e distribuição de riqueza, recursos humanos, interação da entidade com o ambiente externo e interação da entidade com o meio ambiente.

A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada de acordo com a Demonstração do Valor Adicionado, NBC T 3.7, que teve sua sigla e numeração alteradas pela Resolução CFC n.º 1.329/11, passando a denominar-se NBC TG 09.

As informações divulgadas na área de recursos humanos devem abranger dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade. A

remuneração e os benefícios concedidos devem ser expressos em valores monetários, evidenciando a quantidade de beneficiados.

A respeito da interação da entidade com o ambiente externo, devem ser expostas informações relativas ao relacionamento com a comunidade na qual está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.

Sobre a interação com o meio ambiente, devem ser evidenciados investimentos feitos pela entidade com a finalidade de preservar o meio ambiente, recuperar ambientes degradados, educação ambiental, além de expor sobre processos ambientais sofridos, gastos com multas e indenizações e passivos ambientais.

A NBC T 15 possibilita que as entidades acrescentem ou detalhem outras informações que julgarem relevantes, além das previstas no item 15.2. Portanto, ela propõe um conteúdo mínimo, em que as entidades, quando acharem relevante, podem divulgar informações adicionais às previstas.

É claro, no texto da norma, que as informações contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental são de responsabilidade técnica de contabilista registrado no CRC de sua área de atuação, devendo ser identificadas aquelas retiradas de fontes não-contábeis, em que a responsabilidade pode ser compartilhada com especialistas. As fontes não contábeis são aquelas que não foram retiradas de demonstrativos financeiros, como por exemplo, o programa médico de saúde ocupacional, o grau de luminosidade do ambiente, entre outros. Essas informações, apesar de não contábeis, são auxiliares e decorrem do processo de atividade da entidade como um todo.

Ressalta-se que a norma não impõe um modelo a ser seguido, mas estabelece sobre o conteúdo da Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental para quem quiser divulgá-la.

2.5.1 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA tem sua origem, segundo Tinoco (2010), na Europa, com influência da Inglaterra, Alemanha, Espanha e França, como instrumento de mensuração da participação da empresa no cenário econômico e social.

Com o advento da Lei n°. 11.638/07, a demonstração tornou-se obrigatória, no Brasil, para as sociedades anônimas de capital aberto. As companhias fechadas, aquelas que não negociam ações no mercado de capitais, estão dispensadas de sua elaboração pela Lei das S/A.

A demonstração é regulamentada pela NBC TG 09, e representa um dos elementos do Balanço Social, conforme o item 15.2.1.1 da NBC T 15. É preparada pelo sistema de informações contábeis e tem por finalidade evidenciar a criação e distribuição da riqueza, pela entidade, durante determinado período.

Apesar de não ser obrigatória para todas as entidades, a DVA é parte integrante da demonstração de informações de natureza social e ambiental. Sendo assim, no momento em que as entidades optam por publicar o balanço social, a NBC T 15 deve ser obedecida, e conseqüentemente a divulgação da DVA torna-se obrigatória, dentro dos requisitos da NBC T 15.

Segundo Marion (2007, p. 486), “o principal item do Balanço Social é o valor adicionado”, o qual procura evidenciar aos usuários para quem a empresa está canalizando a riqueza criada, ou ainda, para quem ela está distribuindo e em que proporção. A soma dos valores adicionados de todas as empresas traduz o produto interno do país, sendo o que elas agregam à economia em termos de bens e serviços.

A DVA evidencia aspectos econômicos e sociais do valor adicionado. Na visão econômica, comunica o desempenho da entidade quanto à utilização de seus fatores de produção e na geração de riqueza. Sob a ótica social, demonstra a forma como a riqueza gerada foi distribuída: recursos humanos, governo, agentes financiadores e acionistas, além da parcela retida pela empresa para reinvestimento. Identifica a contribuição econômica para cada segmento com quem a entidade se relaciona.

É, portanto, fonte de informações socioeconômicas, uma vez que seu conteúdo permite a análise do desempenho econômico da entidade, expressa a geração, bem como a distribuição, da riqueza e o reflexo social.

A Lei das S/A não estipula um modelo a ser seguido, mas determina um conteúdo mínimo, sendo composto por: valor da riqueza gerado pela companhia; a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros; além da parcela da riqueza não distribuída.

O pronunciamento técnico nº 09 (CPC 09), aprovado pela Deliberação CVM nº. 557/08, apresenta modelos de DVA aplicáveis a diversas atividades. A seguir é apresentado um modelo proposto pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicável às empresas em geral:

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais	Em milhares de reais
	20X1	20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
(inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		

Quadro 8: Modelo de Demonstração do Valor Adicionado para empresas em geral
Fonte: Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 09).

continuação

8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de capitais próprios		
8.4.1 – Juros sobre o capital próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

(*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

Quadro 9: Modelo de Demonstração do Valor Adicionado para empresas em geral

Fonte: Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 09).

O CPC 09 não propõe um modelo de DVA aplicável a entidades sem fins lucrativos, porém, é possível elaborar a demonstração considerando as contas sintéticas do modelo apresentado, e adaptando as contas analíticas de acordo com a atividade.

Como apresentado no modelo, a formação do valor adicionado é dada pela diferença entre o valor das receitas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, que é o produzido por terceiros e transferido à entidade.

A distribuição do valor adicionado deve ser de valor igual ao valor adicionado total a distribuir, ou seja, a entidade deve apresentar para onde cada parcela do total a distribuir é destinada de modo a demonstrar 100% do valor.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção são feitas a descrição e a análise dos dados. Inicialmente, faz-se a apresentação do sistema estudado. Na sequência, apresenta-se a categorização da evidenciação social do Sistema CFC/CRC's e, por fim, a conceituação de cada CRC/CFC em relação ao nível de adequação à norma em estudo.

3.1 SISTEMA CFC/CRC's

No Brasil, em virtude de seu ordenamento jurídico, cada profissão regulamentada tem, por lei, o seu exercício fiscalizado por um conselho.

O Sistema CFC/CRC's é composto pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), sediado em Brasília, e pelos Conselhos Regionais, existentes em todos os estados da federação e Distrito Federal. Criados pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, assinado pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, os Conselhos de Contabilidade são entidades de registro e fiscalização do exercício profissional contábil.

A criação desse sistema, como abordado pelo Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (2011), é resultante de um longo processo de gestões realizado pela classe contábil, através de suas lideranças, junto aos poderes públicos e à sociedade, para criar um órgão colegiado que representasse a regulamentação definitiva da profissão.

O Conselho Federal de Contabilidade é uma autarquia especial corporativa, dotada de personalidade jurídica de direito público, sem qualquer vínculo com a Administração Pública Federal, e tem a estrutura, organização e funcionamento estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 9.295/46 e pela Resolução CFC nº 960/03 de 30 de abril de 2003, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.

Compete ao Conselho Federal de Contabilidade, como disposto na Resolução CFC nº 960/03, em seu artigo 6º, “a fiscalização e controle das atividades financeiras, econômicas, administrativas, contábeis e orçamentárias

dos Conselhos de Contabilidade”. O Decreto-Lei nº 9.295/46, em seu artigo 6º, determina as atribuições do CFC:

Art. 6º São atribuições do Conselho Federal de Contabilidade:

- a) organizar o seu Regimento Interno;
- b) aprovar os Regimentos Interno organizados pelos Conselhos Regionais modificando o que se tornar necessário, a fim de manter a respectiva unidade de ação;
- c) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais e dirimi-las;
- d) decidir, em última instância, recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais;
- e) publicar o relatório anual de seus trabalhos, em que deverá figurar a relação de todos os profissionais registrados.

Nos termos da legislação em vigor, o CFC tem a atribuição de exercer a função normativa superior à fiscalização do exercício da profissão contábil; decidir, em última instância, acerca de recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais, elaborar, aprovar e alterar as Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional, bem como os princípios que as fundamentam.

Também compete ao órgão alterar o Código de Ética Profissional do Contabilista e funcionar como Tribunal Superior de Ética e Disciplina, regular sobre o Programa de Educação Continuada para a manutenção do registro profissional e incentivar o aprimoramento científico, técnico e cultural dos contabilistas entre outras (Resolução CFC n.º 960/03, art. 17).

Com a aprovação da Lei nº 11.160/05, estabeleceu-se que o plenário do CFC será constituído por um representante de cada Conselho Regional de Contabilidade, no total de 27 conselheiros efetivos e igual número de suplentes, o que garantiu representatividade de todos estados da Federação e do Distrito Federal.

O Conselho Regional de Contabilidade (CRC), como órgão regional, é subordinado ao Conselho Federal de Contabilidade, e sua jurisdição abrange toda a unidade da federação em que está estabelecido. Os CRC`s têm suas atribuições determinadas no art. 10 do Decreto-Lei nº 9.295/46, sendo elas:

- a) expedir e registrar a carteira profissional prevista no artigo 17. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 9.710, de 3.9.1946)
- b) examinar reclamações a representações escritas acerca dos serviços de registro e das infrações dos dispositivos legais vigentes, relativos ao exercício da profissão de contabilista, decidindo a respeito;

- c) fiscalizar o exercício das profissões de contador e guarda-livros, impedindo e punindo as infrações, e bem assim, enviando às autoridades competentes minuciosos e documentados relatórios sobre fatos que apurarem, e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada;
- d) publicar relatório anual de seus trabalhos e a relação dos profissionais registrados;
- e) elaborar a proposta de seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal de Contabilidade;
- f) representar ao Conselho Federal Contabilidade acerca de novas medidas necessárias, para regularidade do serviço e para fiscalização do exercício das profissões previstas na alínea "b", deste artigo;
- g) admitir a colaboração das entidades de classe nos casos relativos à matéria das alíneas anteriores

Além das atribuições previstas no artigo supracitado, a Resolução CFC n.º 960/03, em seu art. 18, discrimina outras competências dos conselhos regionais, como a concessão, a baixa e o cancelamento dos registros de contador, técnico em contabilidade e organização contábil; a cobrança, arrecadação e execução das anuidades, bem como preços de serviços e multas, observados os valores fixados pelo Conselho Federal de Contabilidade e o controle da execução do Programa de Educação Continuada para manutenção do registro profissional.

O exercício da profissão contábil, seja na área pública ou privada, é de competência exclusiva dos Contadores ou Técnicos em Contabilidade, com registro e situação regular no CRC de seu domicílio profissional. Portanto, para os contabilistas e os escritórios contábeis exercerem suas atividades profissionais, é necessário o registro no CRC.

Os Conselhos de Contabilidade são mantidos com recursos próprios, não recebendo qualquer subvenção ou transferência à conta do Orçamento da União. A renda do Conselho Federal de Contabilidade é constituída por 1/5 da renda bruta, não compreendidas as doações, legados e subvenções, de cada Conselho Regional, além de doações, legados e subvenções dos Governos, receitas patrimoniais, entre outras.

Por sua vez, a renda dos Conselhos Regionais é constituída por 4/5 da taxa de expedição das carteiras profissionais dos contabilistas, 4/5 das multas aplicadas pelo conselho conforme legislação vigente, 4/5 da arrecadação da anuidade, bem como por doações, legados e subvenções dos Governos, receitas patrimoniais, entre outras. (art. 19, Resolução CFC n.º 960/03)

3.2 CATEGORIZAÇÃO DA EVIDENCIAÇÃO SOCIAL DO SISTEMA CFC/CRC'S

Nesta seção apresenta-se o enquadramento dos balanços sociais publicados aos quesitos formulados de acordo com a NBC T 15, por grupos, sendo eles: geral, recursos humanos, interação da entidade com o ambiente externo e interação com o meio ambiente.

Nenhum dos conselhos estudados adota qualquer modelo de balanço social pré-definidos. Alguns conselhos trazem a informação de que o balanço social foi desenvolvido com base na norma NBC T 15 e na NBC T 3.7.

Foram enquadrados em informação completa aqueles balanços que seguiram efetivamente o que propõe a norma, em informação incompleta aqueles que deixaram de apresentar algum dado ou que apresentaram uma não conformidade com a norma em estudo, e em informação ausente aqueles que deixaram de apresentar a informação solicitada na NBC T 15, conforme o Quadro 4.

3.2.1 Geral

Na categoria Geral, estão listados quesitos referentes a dados que abrangem todo o demonstrativo, como a comparação das informações com as referentes ao exercício anterior e se foi apresentada a DVA. São dois os quesitos formulados, conforme o Quadro 8:

Quesitos da categoria Geral										
O conselho apresentou...	CFC	BA	CE	GO	MG	PA	RS	RO	SC	SP
... a comparação das informações contidas na demonstração de informações de natureza social e ambiental às informações do exercício anterior?	IC	II	IC	II	IC	IC	II	II	IC	II
... a geração e distribuição da riqueza apresentadas conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3?	IC	IC	IC	IA	IC	II	IC	IC	IC	IC

Quadro 10: Quesitos e enquadramento na categoria Geral
Fonte: Elaborado pela autora.

Dos 10 balanços estudados, 5 (cinco) apresentam informações completas quanto à comparação das informações do exercício de 2009 às do exercício anterior, e 5 (cinco) apresentam essas informações incompletas. O

enquadramento em informação incompleta deve-se, principalmente, ao fato de os conselhos não apresentarem a comparação de faixa etária e proporção de mulheres em relação ao ano anterior.

Quanto à apresentação da DVA, o demonstrativo estava presente em todos os balanços, exceto no do Conselho Regional de Contabilidade de Goiás, que publicou um só balanço que inclui os anos de 2007, 2008 e 2009 e não apresentou a DVA do exercício de 2009.

Entre os que apresentaram a demonstração, o único a se enquadrar em informação incompleta foi o Conselho Regional do Pará, pois o demonstrativo elaborado diverge da estrutura prevista em lei, ao não apresentar a distribuição por completo do valor adicionado total a distribuir. Todos os conselhos regionais que publicaram a demonstração seguiram a mesma estrutura, conforme o quadro abaixo:

1. Receitas
2. Insumos adquiridos de terceiros
3. Valor adicionado bruto (1-2)
4. Valor adicionado recebido em transferência
5. Valor adicionado total a distribuir (3+4)
6. Distribuição do valor adicionado

Quadro 11: Estrutura da DVA publicada pelos CRC's

O Conselho Federal de Contabilidade apresentou uma linha adicional, comparada aos outros conselhos, denominada “transferências a terceiros”, que se refere a auxílios e empréstimos financeiros aos CRC's. Esse valor está inserido, baseando-se no Quadro 9, abaixo da linha 2 “Insumos adquiridos de terceiros” e entra na base de cálculo diminuindo o valor adicionado bruto.

Dentro das receitas, os conselhos apresentaram receitas com contribuições, receitas de serviços, dívida ativa, outras receitas correntes e receitas de capital. O Conselho Regional do Pará consolidou as receitas com contribuições e receitas de serviços em “Receitas correntes” apenas.

No balanço do Conselho Federal de Contabilidade, ao invés de receitas correntes constam as transferências correntes, que correspondem ao repasse proveniente de 20% da receita bruta de cada conselho regional, previsto no art. 8º do Decreto-Lei nº 9.295.

Na distribuição do valor adicionado, o Conselho Regional do Pará adicionou uma linha na qual referencia a cota parte repassada ao CFC. Esse valor não está explicitado na demonstração dos demais conselhos, à medida que eles não fazem a separação da parte transferida ao CFC, que fica dentro de contribuições sociais e estatutárias.

Nesse grupo, de um total de 20 informações (2 perguntas, 10 conselhos), 13 foram classificadas informações completas, 6 informações incompletas e 1 informação ausente. Nesse aspecto, é possível identificar uma atenção à norma por parte dos conselhos analisados, já que, do total das informações possíveis, apenas uma (5%) deixou de ser evidenciada em total ou parcial conformidade com a NBC T 15.

3.2.2 Recursos Humanos

O corpo funcional é um dos maiores “patrimônios” da entidade, e parte fundamental do seu capital intelectual, portanto, cabe a esta zelar pela sua manutenção e qualificação, mediante ações concretas, como remuneração digna, programas de benefícios de saúde, transporte, lazer, desenvolvimento profissional, entre outros.

Essas atitudes possibilitam o pleno desenvolvimento profissional, o que resulta numa baixa rotação no quadro funcional e grande contribuição na formação de resultados, à medida que os funcionários estarão motivados para o atendimento de suas metas ou atividades (CRC-RS, 2009).

Neste item, estão dispostos os quesitos sobre um dos principais capítulos da responsabilidade social – a gestão de pessoas, enfatizando aspectos referentes à remuneração; participação nos resultados, entre outros benefícios concedidos; estímulo à qualificação e ao desenvolvimento profissional; composição do corpo funcional e contingências; e passivos trabalhistas da entidade. Compõem esta categoria 22 quesitos conforme o quadro abaixo:

Quesitos da categoria Recursos Humanos										
O conselho apresentou...	CFC	BA	CE	GO	MG	PA	RS	RO	SC	SP
... a remuneração bruta segredada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos?	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA
... a relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores?	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA
... gastos com encargos sociais?	IC	IC	IC	IA	IC	IC	IC	IC	IC	IC
... gastos com alimentação?	IC	IC	IC	II	IC	IC	II	II	IC	IC
... gastos com transporte?	IC	IC	IC	IA	IC	IC	II	II	IC	IC
... gastos com previdência privada?	IA	IA	II	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA
... gastos com saúde?	IC	IC	IC	II	IC	IC	IA	IA	IC	IC
... gastos com segurança e medicina do trabalho?	II	II	IA	IA	II	IA	IA	IA	IA	IA
... gastos com educação (excluídos os de educação ambiental)?	IC	IC	IC	IA	IC	IC	IA	II	IC	IC
... gastos com cultura?	IA	IA	II	IA	IA	IA	II	IA	II	II
... gastos com creches ou auxílio-creches?	IC	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IC
... gastos com capacitação e desenvolvimento profissional?	IC	II	IC	II	IC	II	IC	II	IC	IC
... as informações dos itens anteriores ex-pressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e apresentada a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados?	II	II	II	II	II	II	II	II	II	II
... o total de admissões, demissões e empregados no final do exercício?	IC	II	IC	II	IC	II	IC	II	IC	II
... o total de estagiários no final do exercício?	IC	IC	IC	IA	IC	IC	IC	IA	IC	IA
... o total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício?	IC	IC	IC	IA	IC	IA	IA	IA	IC	IA
... o total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício?	IC	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA
... o total de empregados segregado por sexo?	IC	IC	IC	IC	IC	IC	IC	IC	IC	IC
... a separação dos empregados por faixa etária nos seguintes intervalos: menores de 18 anos; de 18 a 35 anos; de 36 a 60 anos; acima de 60 anos?	IC	II	IC	IC	IC	IA	II	IA	IC	II

Quadro 12: Quesitos e enquadramento na categoria Recursos Humanos

... o total de empregados por nível de escolaridade, segregados por: analfabetos; com ensino fundamental; com ensino médio; com ensino técnico; com ensino superior; pós-graduados?	IC	IC	IC	IC	IC	IC	IC	II	IC	IC
... o percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo?	IC	II	IC	IC	IC	IA	II	IA	II	IA
... informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade por número de processos movidos; número de processos julgados procedentes/improcedentes, valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça?	IC	IA	IC	IA	II	IA	IA	IA	IC	IA

Quadro 13: Quesitos e enquadramento na categoria Recursos Humanos

A partir do Quadro 10, é possível verificar que nenhum dos CRC`s/CFC apresentou informações sobre remuneração, seja a segregação da remuneração bruta por empregados, administradores, terceirizados e autônomos, seja a comparação entre a menor e a maior remuneração da entidade.

Os gastos com alimentação e transporte, em geral, foram apresentados, exceto pelo conselho de Goiás, que não relatou gastos com transporte, e os gastos em alimentação referem-se somente ao 1º. semestre de 2009, portanto, nesse quesito enquadra-se em informação incompleta. Os conselhos do Rio Grande do Sul e de Rondônia só citaram que oferecem auxílio transporte e alimentação, porém não apresentaram os totais gastos, foram enquadrados em informação incompleta.

Os gastos com previdência privada não foram apresentados por nenhum dos conselhos. O único a citar informações sobre o assunto foi o conselho regional do Ceará, que expôs a informação de que em 4 de novembro de 2009 foi lançado oficialmente o CRCPrev – o Plano de Previdência Privada dos Contabilistas, enquadrou-se, portanto, em informação incompleta.

Não foram apresentados os gastos com segurança e medicina do trabalho por 70% da amostra. Apenas o CFC, os conselhos da Bahia e de Minas Gerais evidenciaram algum tipo de investimento nesse setor, mas não apresentaram a informação de maneira completa.

O CFC adotou ações voltadas à saúde e segurança do trabalho, entre elas a contratação de brigadistas de incêndio, responsáveis por detectar riscos de incêndio e acidentes; promover medidas de segurança e assumir o controle das

situações de emergência até a chegada do Corpo de Bombeiros. O Conselho Regional de Contabilidade da Bahia possui um Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, mas não apresenta detalhes sobre o programa. O conselho de Minas Gerais apresentou gastos com medicina do trabalho, mas omitiu os investimentos em segurança.

Excluídos os conselhos regionais de Goiás, Rondônia e Rio Grande do Sul, o restante dos conselhos informou que ofereceram auxílio-educação a seus funcionários e demonstraram o montante investido. Apresentaram, portanto, a informação completa.

Em relação aos gastos em cultura, 40% da amostra enquadrou-se em informação incompleta por apresentarem informações relativas à cultura, porém sem demonstrar os gastos, e o restante dos conselhos não apresentou informações sobre o assunto.

A parcela dos que apresentaram informações é formada pelos conselhos do Ceará, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo. O último possui uma Comissão de Projetos Culturais e promoveu diversos eventos culturais em 2009, abertos ao público, entre eles exposição de obras de arte e apresentação musical.

Os gastos com creches foram apresentados por 20% da amostra, sendo o CFC e o Conselho Regional de São Paulo. Os demais conselhos foram enquadrados, nesse quesito, em informação ausente.

Todos os conselhos investiram em capacitação e desenvolvimento profissional para com seus funcionários, todavia 40% deixaram de apresentar o montante gasto, apenas citaram os programas e os cursos de treinamento e capacitação oferecidos. Apresentaram informações completas o CFC e os conselhos do Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Nenhum dos conselhos apresentou a quantidade de beneficiados segregados em empregados, autônomos, terceirizados e administradores pelos investimentos anteriormente expostos, nesse quesito atenderam somente ao fato de expressarem os investimentos em valores monetários, por isso todos se enquadraram em informação incompleta.

A rotatividade dos empregados foi demonstrada por 50% da amostra, formada pelo CFC e os conselhos regionais do Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O restante enquadrou-se em informação incompleta, em geral, por apresentarem apenas o total de empregados no final do período.

O total de estagiários foi demonstrado por 70% dos conselhos. Apenas os conselhos de Goiás, Rondônia e São Paulo deixaram de apresentar a informação.

Metade da amostra expõe a quantidade de prestadores de serviços terceirizados ao final do período, enquanto a outra metade não aborda sobre o assunto. Os que apresentaram a informação foram o CFC e os conselhos regionais da Bahia, Ceará, Minas Gerais e Santa Catarina.

Do total da amostra, o Conselho Federal de Contabilidade foi o único a apresentar informações sobre empregados com necessidades especiais e, portanto, único a se enquadrar em informação completa. O restante da amostra foi enquadrado em informação ausente.

Desde 2007, conforme apresentado no balanço social, o Conselho Federal de Contabilidade age de maneira a incluir esses profissionais em seu corpo funcional, através de parceria firmada com o Instituto Cultural, Educacional, Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil (ICEP-Brasil), com o objetivo de aumentar a qualidade de vida desses profissionais.

Todos os conselhos da amostra apresentaram o total de empregados segregados por sexo. Esse foi o único quesito da categoria atendido por todos os conselhos de maneira completa.

Um dos motivos que levou a totalidade dos conselhos se encaixar em informação completa foi a falta de especificação da lei sobre a forma de demonstração dessa informação, se em formato quantitativo ou em percentual, já que os conselhos de Goiás e de Rondônia apresentaram essa distribuição por gênero em percentual enquanto os demais conselhos apresentaram em formato quantitativo.

O percentual dos ocupantes de cargos de chefia, separados por sexo é apresentado por 40% da amostra. Os CRC's da Bahia e do Rio Grande do Sul dividiram por sexo, todavia apresentaram a informação em formato quantitativo, e não percentual, por isso enquadraram-se em informação incompleta. A informação no balanço do conselho de Santa Catarina está incompleta pelo fato

apresentar o percentual referente à gestão de apoio somente, omitindo das gestões executiva e operacional. Os conselhos do Pará, Rondônia e São Paulo não apresentaram a informação.

Dos balanços analisados, 30% evidenciam informações completas quanto às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, por número de processos movidos, número de processos julgados procedentes/improcedentes e valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

Os conselhos que apresentaram essa informação são o CFC, os conselhos regionais do Ceará e de Santa Catarina. O CRC de Minas Gerais deixou de apresentar apenas o valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça, e foi enquadrado em II. Os demais conselhos não apresentaram nenhum tipo de informação sobre ações trabalhistas.

Da análise das 220 informações geradas na categoria de Recursos Humanos, foram classificadas 94 completas, 42 incompletas e 84 ausentes. Dessa forma, é possível afirmar, diante de 61,3% de informações prestadas contra a ausência de 38,7%, que nessa área ocorreu, de forma positiva, a observância da NBCT 15.

3.2.3 Interação da Entidade e o Ambiente Externo

Nesta categoria devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.

Sobre o relacionamento com a comunidade em que está inserida, devem ser evidenciados os investimentos em educação e cultura. Do relacionamento com fornecedores, deve informar sobre a utilidade de critérios de responsabilidade social para selecioná-los.

As informações sobre o relacionamento com os clientes devem apresentar o número de reclamações recebidas diretamente na entidade, por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor e por meio da justiça, bem como as ações adotadas para reduzi-las ou extingui-las.

Para esta categoria, são 4 os quesitos formulados:

Quesitos da categoria Interação da Entidade e Ambiente Externo										
O conselho apresentou...	CFC	BA	CE	GO	MG	PA	RS	RO	SC	SP
... os totais dos investimentos em educação (exceto de caráter ambiental)?	IC	II	IC	II	IC	II	IC	II	IC	II
... os totais dos investimentos em cultura?	IC	IA	IC	II	IC	IA	IC	II	IC	II
... o número de reclamações recebidas diretamente na entidade, por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor e por meio da Justiça?	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA
... a informação se a entidade utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores?	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA

Quadro 14: Quesitos e enquadramento na categoria Interação da Entidade com o Ambiente Externo

Entre os balanços analisados, 50% demonstram os totais dos investimentos em educação, logo se enquadram em informação completa. O restante cita ações em prol da educação dos clientes e sociedade em geral, no entanto sem demonstrar valores, portanto se enquadram em informação incompleta.

Os investimentos feitos com mais frequência na área de educação, entre os conselhos, é aquisição de acervo bibliográfico, publicações periódicas de livros e jornais, além de programas de educação continuada.

Informações completas quanto aos investimentos totais em cultura foram apresentadas por 50% da amostra; informações incompletas por 30% e os 20% restantes não apresentou qualquer tipo de informações relacionadas ao assunto, sendo os conselhos regionais da Bahia e o do Pará.

O conselho regional do Rio Grande do Sul possui um Centro de Cultura, onde são disponibilizados computadores e o ambiente da biblioteca para profissionais e estudantes da área contábil. O conselho regional de São Paulo tem uma Comissão de Projetos Culturais que promove eventos culturais, como apresentação de música, poesia e obras de arte, abertos ao público.

No quesito que aborda diretamente a relação da entidade com os clientes, sendo o número de reclamações recebidas diretamente na entidade, por meio de órgão de defesa do consumidor ou por meio da justiça, nenhum dos conselhos apresentou qualquer informação, enquadraram-se todos em informação ausente.

O mesmo ocorre no quesito que trata da relação da entidade com seus fornecedores. Nenhum dos conselhos expôs informações sobre critérios de responsabilidade social na seleção de seus fornecedores.

Nessa categoria, de um total de 40 informações, 10 foram classificadas completas, 8 incompletas e 22 ausentes. Percebe-se que mais da metade das informações não foram prestadas em conformidade com a norma em estudo, ou não fizeram parte do balanço social das entidades. Nesse sentido, essa categoria apresentou uma baixa observância da norma, ao acumular 55% de informações ausentes.

3.2.4 Interação com o Meio Ambiente

A quantidade e a qualidade das informações de ordem ambiental crescem consideravelmente, e são relevantes em função de mostrar as preocupações e as ações da entidade em relação ao meio ambiente (CRC-RS, 2009).

Nesse sentido, devem ser apresentados elementos que evidenciem as preocupações por parte da entidade em relação à minimização dos impactos das atividades operacionais sobre o meio ambiente, à preservação ou recuperação de ambientes degradados, à educação ambiental de funcionários e da comunidade, além de evidenciar informações sobre os processos ambientais movidos contra a entidade, valor de multas e indenizações pagas e valor dos passivos ambientais.

Nessa categoria, podem ser apresentadas informações como: políticas de gestão ambiental adotadas; comprometimento com a sustentabilidade; ações praticadas em defesa do meio ambiente; gestão de riscos ambientais; ações de reciclagem de produtos; racionalização do uso dos recursos naturais; substituição de produtos contaminadores e/ou prejudiciais à saúde; programas de educação ambiental; e a estrutura oferecida pela empresa para minimização dos impactos ao meio ambiente; entre outras.

São 8 os quesitos formulados, conforme o Quadro 12:

Quesitos da categoria Interação com o Meio Ambiente										
O conselho apresentou...	CFC	BA	CE	GO	MG	PA	RS	RO	SC	SP
... os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente?	II	IA	II	IA	II	II	IA	IA	II	II
... investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados?	II	IA	IA	IA	IA	IA	II	IA	IA	II
... os investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade?	II	IA	II	IA	II	II	II	IA	II	II
...os investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade?	II	IA	IA	IA	IA	II	II	IA	IA	IA
... os investimentos e gastos com outros projetos ambientais?	II	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA
... a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade?	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA
... o valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente?	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA
... os passivos e contingências ambientais?	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA	IA

Quadro 15: Quesitos e enquadramento na categoria Interação com o Meio Ambiente

Como apresentado no quadro, 60% dos conselhos analisados investiu na manutenção dos processos operacionais visando à melhoria do meio ambiente, porém, nenhum dos conselhos apresentou valores sobre esses investimentos, portanto, nenhum foi enquadrado em informação completa.

No balanço social dos conselhos que apresentaram a informação incompleta, são relatadas apenas ações e práticas presentes no dia-a-dia da entidade, como utilização de canecas próprias a fim de substituir os copos descartáveis e a adoção de políticas de reciclagem dos materiais de expediente. Os conselhos regionais de contabilidade dos estados da Bahia, Goiás, Rio Grande do Sul e Rondônia não apresentaram informações a respeito desses investimentos.

Em relação aos investimentos para a recuperação ou a manutenção de ambientes degradados, 30% da amostra, formada pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos conselhos regionais de São Paulo e do Rio Grande do Sul, apresentou informações sobre ações realizadas para a recuperação de ambientes degradados.

O Conselho Federal e o Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo realizaram o plantio de árvores para compensar a emissão de gases em congressos e convenções, e o conselho regional do Rio Grande do Sul apresentou

a informação de que adquiriu créditos de carbono, no entanto, nenhum dos conselhos demonstrou o montante gasto, portanto, enquadraram-se os três em informação incompleta.

As informações sobre educação ambiental para funcionários estão presentes em 70% dos balanços analisados, todavia não de forma completa, pelo fato de não apresentar valores monetários relativos aos investimentos feitos pelos conselhos.

O Conselho Federal de Contabilidade e o Conselho Regional de Santa Catarina realizaram campanhas com temas ambientais, e o restante dos conselhos que apresentaram algum tipo de informação adotam políticas de ações para a preservação do meio ambiente. O Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, apesar de não ter apresentado informações sobre a manutenção dos processos operacionais visando à melhoria do meio ambiente, é um posto voluntário de coleta de pilhas e baterias, e implantou em seus funcionários a conscientização da importância da correta destinação desses materiais. Os conselhos regionais de Goiás, Rondônia e Bahia não apresentaram informações relacionadas ao assunto.

Os conselhos regionais do Rio Grande do Sul e Pará, e o Conselho Federal de Contabilidade são os únicos que apresentaram informações sobre investimentos em educação ambiental para a comunidade.

O conselho federal realizou campanhas que ressaltaram a importância dos cuidados com os recursos disponíveis para uso; o Conselho Regional do Pará realizou o IV Encontro de Contabilidade da Amazônia Legal, com o tema “a contabilidade e o desenvolvimento sustentável da Amazônia” e o Conselho Regional do Rio Grande do Sul, na XII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, procurou conscientizar os participantes sobre a importância do controle da emissão dos gases do efeito estufa.

Entretanto, os conselhos restringiram-se apenas ao relato das ações, sem apresentar valores gastos nos investimentos em educação ambiental para a comunidade, logo foram enquadrados em informação incompleta. Os 70% restantes enquadraram-se e informação ausente.

Dentre as entidades do Sistema CFC/CRC's, apenas o Conselho Federal de Contabilidade apresentou investimentos e gastos com outros projetos

ambientais. Ele firmou um acordo de responsabilidade ambiental com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) com a finalidade de desenvolver projetos destinados à implantação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que visa inserir a variável “socioambiental” no cotidiano e na qualidade de vida do ambiente de trabalho. A informação foi enquadrada em informação incompleta por não fornecer valores gastos e totais dos investimentos.

Informações a respeito da quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade não foram apresentadas por nenhum dos conselhos da amostra. Todos eles enquadraram-se, nesse quesito, em informação ausente.

O mesmo ocorreu com o quesito que aborda sobre o valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente e com o outro relacionado à apresentação dos passivos e contingências ambientais.

Nesta categoria, nenhuma informação foi enquadrada como completa. Das 80 informações possíveis, 20 foram classificadas incompletas e 60 em informação ausente, que representa 75% do total de informações.

3.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A evidenciação de informações socioambientais, apesar de não ser obrigatória, deve ser elaborada em observância à NBC T 15. Deve existir, por parte da entidade que publica o balanço social, o compromisso com o relato, ou entendimento da natureza do relato, para que as informações transpassadas aos usuários possam efetivamente demonstrar a situação da entidade.

Para agir de maneira transparente, a fim de demonstrar a real situação em que se encontra, sempre que o conselho possuir uma informação, ela deve ser apresentada. Se requerida uma informação que o conselho não tem, ou não pratica, ele deve declarar que não possui, pois o fato da não satisfação em possuir ou não a informação, dificulta em legitimar a posição da entidade.

Ressalta-se que algumas informações não foram divulgadas por falta de interesse dos conselhos e outras, possivelmente, por desconhecimento, ou não compreensão da norma aprovada pelo sistema.

Informações a respeito da remuneração, que nenhum dos conselhos apresentou, existem e poderiam ser explicitadas, se fosse a vontade das entidades.

Caso diferente é, por exemplo, a informação sobre gastos com creches, sobre a qual 80% dos conselhos foram enquadrados em informação ausente. Nesse caso, o conselho pode ou não possuir os gastos, no entanto, caso não possua, deve explicitar que o gasto nessa área não existiu, foi zero.

Dessa forma, estará atendendo à norma em total conformidade com o que ela prevê e passando aos usuários do balanço social a certeza da informação.

Observou-se que informações relacionadas, aparentemente, com aspectos negativos das entidades, como o número de reclamações recebidas, ou número de processos ambientais sofridos, não foram evidenciadas por nenhum dos conselhos.

Tendo ou não recebido reclamações e processos, da mesma forma que as outras, a informação deve ser apresentada. Ao não se pronunciar, a entidade pode estar deixando de expressar uma informação positiva, que seria a de não ter recebido nenhuma reclamação ou nenhum processo.

Dessa forma, a não evidenciação da informação pode passar uma impressão ruim a quem consulta o balanço, e impossibilita a compreensão da verdadeira situação.

Essas situações podem indicar, além da falta de domínio sobre o funcionamento e o conteúdo da NBC T 15 em alguns aspectos, que as entidades ainda não estão aplicando a norma de maneira adequada.

Por outro lado, observa-se que a maioria das informações incompletas foi assim classificada pelo fato de a entidade apenas descrever a respeito da informação requerida, com informações qualitativas sobre o quesito, sem demonstrar números. Isso que indica que houve a intenção de informar sobre o assunto, no entanto, não obteve informação completa pela.

As categorias que mais tiveram suas informações em conformidade com a norma são a Geral e a de Recursos Humanos, onde a primeira somou 65% de informações completas e a segunda 42,7%.

Em seguida está a categoria Interação da Entidade com o Ambiente Externo, ao somar 25% de informações completas e, por fim, a Interação com o Meio Ambiente.

Nesta última, os conselhos tiveram um desempenho muito baixo, na qual de 80 informações possíveis, nenhuma foi apresentada em total conformidade com a norma, 20 foram apresentadas parcialmente em conformidade e 60 deixaram de ser apresentadas. Três quesitos foram os responsáveis por 30 das informações ausentes, sobre os quais todos os conselhos enquadraram-se em informação ausente. Esses quesitos referem-se a processos, multas, passivos e contingências ambientais.

A pontuação alcançada por cada conselho, somadas a pontuação individual dos conceitos atribuídos em todas as categorias, e a quantidade de informação por conceito, estão representadas na tabela abaixo:

Tabela 1: Totais de informações por categorias de qualidade e pontuação final de cada conselho

CRC/CFC	IC	II	IA	Pontuação final
CFC	20	7	9	121
CRC - Bahia	10	8	18	74
CRC - Ceará	18	5	13	105
CRC - Goiás	4	8	24	44
CRC - Minas Gerais	17	5	14	100
CRC - Pará	9	8	19	69
CRC - Rio Grande do Sul	9	10	17	75
CRC - Rondônia	3	10	23	45
CRC - Santa Catarina	17	5	14	100
CRC - São Paulo	10	10	16	80

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos 10 conselhos analisados, 4 deles apresentaram de 17 a 20 informações completas, em relação às outras categorias de informações e, conseqüentemente, foram as entidades que mais pontuaram, conforme pode-se conferir na Tabela 1, onde a pontuação oscilou de 100 a 121 pontos.

Pode-se observar, também, que os mesmos 4 conselhos que apresentaram de 17 a 20 informações completas, apresentam mais informações completas em relação aos outros tipos de informação (informação incompleta ou informação ausente).

Por outro lado, os restantes 6 conselhos apresentaram de 3 a 10 informações completas em relação às outras categorias de informações e, conseqüentemente, pontuaram menos, conforme pode-se observar na Tabela 1, onde a pontuação oscilou de 44 a 80 pontos.

Ressalta-se que foram formulados 36 quesitos, portanto o número máximo de informações completas ou incompletas ou ausentes que cada conselho poderia atingir é 36.

Desse modo, o CFC destaca-se como o conselho que mais evidenciou informações de forma completa entre os componentes da amostra, com 20 informações, o que significa que 55,55% de suas informações foram demonstradas de forma completa.

Oposto ao CFC, tem-se o conselho regional de Goiás, que acumulou 24 informações ausentes e 4 informações completas, que representam 66,67% de informações ausentes comparadas a 11,11% de informações completas. O conselho de Rondônia, apesar de ter pontuado mais que o conselho de Goiás, é o que menos evidenciou informações em total conformidade com a norma, sendo 8% a proporção das informações completas.

A classificação do nível de aderência das informações sociais à NBC T 15 está disposta na Tabela 2:

Tabela 2: Classificação do Nível de Aderência dos Conselhos de Contabilidade

Quartis	Classificação	Pontuação final	Conselho
1° (até 45 pontos)	Insuficiente	44	CRC - Goiás
	Insuficiente	45	CRC - Rondônia
2° (de 46 a 90 pontos)	Regular	69	CRC - Pará
	Regular	74	CRC - Bahia
	Regular	75	CRC - Rio Grande do Sul
	Regular	80	CRC - São Paulo
3° (de 91 a 135 pontos)	Boa	100	CRC - Santa Catarina
	Boa	100	CRC - Minas Gerais
	Boa	105	CRC - Ceará
	Boa	121	CFC
4° (de 136 a 180 pontos)	Ótima	-	-

Fonte: dados da pesquisa

O nível de aderência à NBC T 15 dos conselhos analisados é caracterizado como insuficiente quando a pontuação varia de 0 a 45 pontos; regular, que abrange o intervalo de 46 a 90 pontos; bom, para as pontuações entre 91 e 135 pontos; e ótimo, para as pontuações iguais ou maiores que 136 pontos, até o limite de 180.

Como apresenta a tabela, as entidades classificam-se quanto a sua pontuação final. Dessa forma, 20% da amostra teve sua evidenciação social caracterizada como insuficiente, considerando que a soma de seus pontos ficou entre 44 e 45 pontos. A evidenciação de 40% dos conselhos foi classificada como regular, os quais tiveram a pontuação entre 69 e 80. Os restantes 40% foram caracterizados num nível bom de evidenciação social, ao passo que as pontuações variaram de 100 a 121.

Nota-se que nenhum dos conselhos atingiu um nível ótimo de evidenciação social, tendo em vista que o conselho que mais se aproximou, precisaria melhorar em 12,39% seu nível de aderência para atingir tal categoria.

A pontuação do sistema como um todo está apresentada na Tabela 3:

Tabela 3: Pontuação final do Sistema CFC/CRC`S

	IC	II	IA	Pontuação total
Total geral	117	76	167	813

Fonte: Dados da pesquisa

Portanto, como pode-se observar, o sistema como um todo, acumulou mais informações ausentes do que informações completas ou incompletas, e pontuou 813 na classificação final, de 1800 pontos possíveis. Com essa pontuação, o sistema enquadrou-se na faixa de 451 a 900 pontos, a qual é caracterizada por um nível de aderência regular. Para atingir o nível bom, seria necessário melhorar em 9,8% o nível de aderência à norma.

4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Este capítulo está dividido em conclusão e recomendações para trabalhos futuros. Assim, apresentam-se de forma sintetizada os capítulos já abordados, a confirmação dos objetivos estabelecidos e sugestões para futuras pesquisas na área.

4.1 CONCLUSÃO

Objetivou-se, com a pesquisa, caracterizar o nível de aderência dos balanços sociais, do ano de 2009, publicados pelo sistema CFC/CRC's, às recomendações da norma NBC T 15.

De uma população de 28 conselhos, 10 enquadraram-se nas delimitações da pesquisa, ou seja, referem-se ao ano de 2009 e foram publicados em sites oficiais e foram, portanto, analisados. A caracterização da evidenciação social das entidades analisadas, segundo o *checklist* utilizado, revela que o CFC destaca-se entre o restante dos conselhos por evidenciar o maior número de informações completas em relação aos demais, enquanto o Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia foi o que menos divulgou informações de forma completa.

A proeminência do CFC é positiva à medida que, como órgão máximo representativo da classe contábil, e sendo o balanço social um demonstrativo elaborado por contadores, o conselho federal, comparado aos demais conselhos, evidenciou informações da forma mais adequada à norma, o que serve de exemplo aos demais. Apesar disso, nem o CFC e nem nenhum conselho regional de contabilidade atingiu a classificação ótima de aderência à norma.

Depois do CFC, os conselhos que melhor aderem às recomendações da NBC T 15 são os Conselhos Regionais de Contabilidade dos estados do Ceará, de Minas Gerais e de Santa Catarina. Esses conselhos, que enquadraram-se na classificação boa, têm em comum características de apresentação do balanço social. Os modelos por eles adotados são semelhantes, o que fez com que a maioria das informações fosse classificada de forma parecida.

Os conselhos que apresentaram níveis insuficientes de aderência à norma, ou seja, aqueles que atenderam de forma deficitária às recomendações da norma, foram os de Goiás e Rondônia. No entanto, isso não significa que essas entidades não atuam de forma socialmente responsável, significa apenas que elas não evidenciaram em seus balanços sociais informações em conformidade com a NBC T 15. Não é objetivo do trabalho mensurar responsabilidade social, mas caracterizar a aderência das informações à norma.

Com base no exposto, conclui-se que as informações dos balanços sociais dos conselhos integrantes do sistema CFC/CRC's não estão totalmente adequadas ao conteúdo e forma de apresentação estipulados na NBC T 15. O nível de aderência dos balanços sociais do sistema como um todo está caracterizado como regular, ao obter como pontuação geral 813 pontos, dos 1800 possíveis. Talvez, se os conselhos optassem por adotar um dos modelos pré-estabelecidos pelo IBASE, ou Instituto Ethos, por exemplo, esse nível seria maior.

Apesar de não ser obrigatória a publicação do balanço social, a partir do momento em que a entidade opta por publicá-lo, deve haver o compromisso de apresentar as informações requeridas pela NBC T 15. A partir de então, a DVA que não é obrigatória a todas as entidades, passa a ser obrigatória dentro do balanço social.

Ao elaborar o balanço social, deve existir o compromisso com o relato, característica que não foi observada pelo sistema estudado. Percebe-se que informações que existem e poderiam ser apresentadas, não foram, como ocorreu com as questões sobre remuneração, por exemplo.

Os conselhos de contabilidade como órgãos representativos da classe contábil, deveriam aderir à norma que cabe a eles fiscalizar a aplicação, de forma a se constituir em modelo para as demais entidades. Diante da pesquisa realizada, pode-se inferir que, além da falta de domínio sobre o funcionamento e o conteúdo da NBC T 15 em alguns aspectos, que o Sistema CFC/CRC's, após cinco anos de a norma ter entrado em vigor, ainda não apresentam suas informações socioambientais de forma adequada.

Apesar da classificação regular quando a aderência à norma, percebe-se que existe o esforço, por parte dos conselhos, em apresentar atitudes que tomam

voltadas à área socioambiental. No entanto, muitas vezes não demonstraram de forma completa por não apresentarem de forma quantitativa, mas qualitativa.

4.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Ao término do trabalho, verificou-se como sugestão de trabalhos futuros: realizar um estudo que busque avaliar a eficiência da norma NBC T 15 para a evidenciação de informações socioambientais; realizar um estudo comparativo sobre a evolução do nível de aderência das informações socioambientais do Sistema CFC/CRC's desde o momento em que NBC T 15 entrou em vigor; e realizar um estudo que verifique se as práticas e os investimentos socioambientais evidenciados no balanço social estão sendo efetivamente realizados na entidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como Preparar Trabalhos para Cursos de Pós-Graduação: Noções Práticas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

AZEVEDO, Tânia Cristina; CRUZ, Claudia Ferreira da. Evidenciação das informações de natureza socioambiental divulgadas pelas distribuidoras de energia elétrica que atuam na região nordeste do Brasil e sua relação com indicadores de desempenho empresarial. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 27, n. 1, p.53-66, 27 maio 2009. Quadrimestral. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/7163>>. Acesso em: 15 maio 2011.

BALANÇO SOCIAL. **Publique seu balanço social**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>> Acesso em: 12 maio 2011.

BEUREN, Ilse Maria et al. Adequação da evidenciação social das empresas de capital aberto no relatório da administração e notas explicativas às recomendações da NBC T 15. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 4, n. 8, P.47-68, abr. 2010. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1982-64862010000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 03 abr 2011.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamentos. **Pronunciamento técnico CPC09 - Demonstração do Valor Adicionado**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf> Acesso em: 20 maio 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Balanço socioambiental 2009**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/uparq/balanco_09.pdf> Acesso em: 26 mar 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.003 de 10 de agosto de 2004**. Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003> Acesso em: 6 abr 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 960 de 30 de abril de 2003**. Regulamento geral dos conselhos de contabilidade. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2003/000960> Acesso em: 13 abr 2011.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DA BAHIA. **Balço**

Socioambiental 2009. Disponível em:

<<http://www.bancadigital.com.br/crcba/reader2/default.aspx?&IT=page&pID=2&elD=5&IP=0&rP=1>> Acesso em: 26 mar 2011

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIÁS. **Relatório de gestão e balanço social 2006-2009**. Disponível em:

<http://www.crcgo.org.br/downloads/Balanco_Social.pdf> Acesso em: 27 mar 2011.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS. **Balço Social 2009**. Disponível em:

<http://www.crcmg.org.br/arquivos/publicacoes/outras/BalancoSocial_2009.pdf> Acesso em: 26 mar 2011

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RONDÔNIA. **Balço Social 2009**. Disponível em: <<http://www.crcro.org.br/>> Acesso em: 27 mar 2011

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. **Balço Social 2009**. Disponível em: <<http://www.crcsc.org.br/lib/download-balanco-social.php?id=10>> Acesso em: 27 mar 2011.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO. **Balço social CRC-SP 2009**. Disponível em:

<http://www.crcsp.org.br/portal_novo/publicacoes/balanco_social/2009/index.html> Acesso em: 27 mar 2011.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ. **Balço social 2009**. Disponível em: <http://www.crc-ce.org.br/crcnovo/home.php?st=Balanco_Social_2009> Acesso em: 26 mar 2011.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARÁ. **Balço Social 2009**. Disponível em: <<http://www.crcpa.org.br/>> Acesso em: 27 mar 2011

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Balço social 2009**. Disponível em:

<http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/balanco_social2009.pdf> Acesso em: 26 mar 2011.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão de estudos de responsabilidade social. **Demonstração da responsabilidade social**. Porto Alegre: CRC-RS, 2009. 71 p. Disponível em:

<www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_resposocial.pdf> Acesso em: 10 maio 2011

COSTA, Rodrigo Simão da; MARION, José Carlos. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 43, p.20-33, 27 fev. 2007. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad43/rodrigo_marion_pg20a33.pdf> Acesso em: 07 maio 2011.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 2ª São Paulo: Atlas, 2002. 337 p.

CRUZ, Francelle Brod et al. A informação contábil em prol do bem estar social. **Revista Eletrônica de Contabilidade**: Curso de Ciências Contábeis UFSM Edição especial Julho 2005, Santa Maria, p.219-229, 30 jun. 2005. Trimestral. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/artigos/vIInEspecial/a13vIInesp.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

FARIA, Ana Cristina de; OLIVEIRA, Robson de. Evidenciação de eventos econômicos de natureza ambiental pelas empresas do setor químico e petroquímico. In: SEGET - SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 3., 2006, Resende/RJ. **Anais...** Resende: SEGET, 2006. CD-ROM.

FARIA, Ana Cristina de; PEREIRA, Raquel da Silva. *Disclosure* de informações socioambientais pelas maiores empresas do segmento químico e petroquímico no Brasil, a partir da NBC T -15. In: EnANPAD, 33., 2009, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2009.

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade básica: finalmente você vai aprender contabilidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2010. 712 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

GODOY, M. et al. **Balanco Social: Convergências e Divergências entre os Modelos do IBASE, GRI E Instituto ETHOS**. I Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, 2007, Florianópolis: UFSC. Disponível em: <<http://www.nemac.ufsc.br/visualizar/balancoibase.pdf>> Acesso em: 20 maio 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). **Manual balanço social IBASE**. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/BS_4.pdf>. Acesso em: 12 maio 2011.

INSTITUTO ETHOS. **Guia para elaboração de balanço social e relatório de sustentabilidade 2007**. São Paulo. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/GuiaBalanco2007_PORTUGUES.pdf>. Acesso em: 12 maio 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 38, p.7-19, 06 jun. 2005. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad38/sergio_eliseu_ncarvalho_pg7a19.pdf>. Acesso em: 07 maio 2011.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. 162 p.

MACHADO FILHO, Cláudio Pinheiro. **Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações**. São Paulo: Thomson, 2006. 172 p.

MAGALHÃES, Antônio de Deus F.; LUNKES, Irtes Cristina. **Sistemas contábeis: o valor informacional da contabilidade nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2000. 187 p.

MELHORAMENTOS. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1997.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências contábeis: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. São Paulo: Atlas, 2005. 138 p.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 430 p.

REIS, Carlos Nelson Dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade social das empresas e balanço social: meio propulsores do desenvolvimento econômico e social**. São Paulo: Atlas, 2007. 185 p.

RIBEIRO, Maísa de Souza; LISBOA, Lázaro Plácido. Balanço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, n.115. jan./fev. 1999.

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral da contabilidade no Brasil**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008. 278 p.

_____. **História geral das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SCHMIDT, Ana Carolina. **Balanço Social: Proposta de elaboração para o Instituto de Estudos Avançados – IEA. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.**

SILVA, Benedito Gonçalves da. **Contabilidade ambiental: sob a ótica da contabilidade financeira**. 22. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2009. 343 p.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: Estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 442 p.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço social e o relatório da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010. 261 p.

_____. **Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001. 243 p.

VIEIRA, M.; de FARIA, A.. Aplicação da NBC T 15 por empresas dos segmentos de bebidas e alimentos: uma pesquisa documental. **Revista Universo Contábil**, Bluemnuau, v. 3, n. 1, p. 49-69, jan./abr. 2007.

WARREN, Carl S. et al. **Fundamentos de contabilidade**: princípios. 22. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 349 p. Tradução de: Pedro Cesar de Conti.

WISSMANN, Martin Airton. **Responsabilidade social & balanço social**. Cascavel: Univel, 2007. 152 p.